



# Universidade de Brasília

Universidade de Brasília  
Faculdade de Comunicação

Marina de Sá Barreto da Cunha

**A imprensa ante a manipulação da inflação: o trabalho de  
jornalistas argentinos do *La Nación* e do *Cronista  
Comercial***

Brasília  
2011



# Universidade de Brasília

Universidade de Brasília  
Faculdade de Comunicação

Marina de Sá Barreto da Cunha

## **A imprensa ante a manipulação da inflação: o trabalho de jornalistas argentinos do *La Nación* e do *Cronista Comercial***

Monografia apresentada à Banca Examinadora da  
Faculdade de Comunicação como exigência final  
para obtenção do título de Bacharel em  
Comunicação Social – Jornalismo.

Orientador: Solano dos Santos Nascimento

Brasília  
2011

**A imprensa ante a manipulação da inflação: o trabalho de  
jornalistas argentinos do *La Nación* e do *Cronista Comercial***

Marina de Sá

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Solano dos Santos Nascimento  
Orientador

---

Prof. Dr. David Renault da Silva

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Dione Oliveira Moura

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, à minha família pelo apoio. Agradeço ao meu orientador Solano Nascimento pela dedicação e paciência neste projeto. Agradeço também aos amigos pelo incentivo e grande ajuda e a todos aqueles que de várias maneiras contribuíram para a realização deste trabalho.

## RESUMO

A presente monografia procura analisar o trabalho dos jornalistas argentinos do *La Nación* e do *Cronista Comercial* ante a descoberta da manipulação da inflação. A análise foi feita a partir de entrevistas com os jornalistas em Buenos Aires. As entrevistas seguiram uma ordem: o momento da descoberta da manipulação da inflação, as fontes consultadas, as dificuldades da cobertura, o momento de maior tensão, a criação de índices de preço alternativo, anedotas da cobertura de manipulação da inflação e a análise do cenário atual e futuro. As descobertas são as mudanças no trabalho de cobertura econômica após a descoberta da manipulação do índice de inflação e como os jornalistas se adaptaram e criaram novas formas de acesso à informação.

**Palavras-chave:** jornalismo econômico, jornalismo argentino, cobertura da inflação, manipulação de dados.

## RESUMEN

La presente monografía busca analizar el trabajo de los periodistas argentinos de los diarios La Nación y Cronista Comercial ante la descubierta de la manipulación de la inflación. El análisis fue hecho a partir de entrevistas con los periodistas en Buenos Aires. Las entrevistas siguieron el mismo orden: el momento de la descubierta de la manipulación de la inflación, las fuentes utilizadas, las dificultades de la cobertura, el momento con más tensión, la creación de índices de precio alternativo, anécdotas de la cobertura de la manipulación de la inflación y el análisis del escenario actual y futuro. Las descubiertas son los cambios en el trabajo de cobertura económica después de la manipulación del índice de inflación y como los periodistas se adaptaron y crearon nuevas formas de acceso a la información.

**Palabras-clave:** periodismo económico, periodismo argentino, cobertura de inflación, manipulación de datos.

## ABSTRACT

This work analyzes the work of La Nacion and Cronista Comercial Argentinean journalists facing the discovery of inflation's manipulation. The analysis was done by interviews with those journalists in Buenos Aires. The interviews followed the same disposition: the moment of the discovery of inflation's manipulation, the authorities interviewed, the difficulties of this covering, the moment of biggest tension, the creation of alternative price index, the jokes of this covering and the analysis of actual and future sceneries. The discoveries are the changes in the economic covering after the discovery of the manipulation of inflation and how the journalists adapted and created new ways to Access the information.

**Keywords:** economic journalism, Argentinean journalism, inflation's covering, number manipulation.

## SUMÁRIO

|                                                              |    |
|--------------------------------------------------------------|----|
| INTRODUÇÃO                                                   | 9  |
| METODOLOGIA                                                  | 11 |
| CAPÍTULO 1. JORNALISMO ECONÔMICO                             | 14 |
| CAPÍTULO 2. JORNALISMO ECONÔMICO NO BRASIL                   | 20 |
| CAPÍTULO 3. JORNALISMO ECONÔMICO NA ARGENTINA                | 32 |
| 3.1. La Nación                                               | 32 |
| 3.2. Cronista Comercial                                      | 35 |
| 3.3. Desafios na cobertura do jornalismo econômico argentino | 37 |
| 3.3.1. De antes da crise até a eleição de Néstor Kirchner    | 37 |
| 3.3.2. O kirchnerismo e a manipulação                        | 39 |
| CAPÍTULO 4. O ENFRENTAMENTO DA MANIPULAÇÃO                   | 44 |
| 4.1. A descoberta                                            | 45 |
| 4.2. As fontes                                               | 47 |
| 4.3. As dificuldades                                         | 50 |
| 4.4. Tensão na cobertura                                     | 52 |
| 4.5. Índice alternativo                                      | 54 |
| 4.6. Fatos curiosos                                          | 55 |
| 4.7. Mudanças                                                | 57 |
| CONCLUSÃO                                                    | 59 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS                                   | 61 |
| ANEXOS                                                       | 63 |

## INTRODUÇÃO

Durante o curso de Jornalismo, muitas questões me chamaram a atenção, principalmente aquelas ligadas ao acesso à informação. Esse interesse teve seu ápice na disciplina Campus, quando éramos instigados a investigar. Então deparei com uma pauta sobre a organização do governo distrital do ex-governador José Roberto Arruda para a discussão de políticas públicas voltadas para o combate à fome. A investigação para encontrar documentos e depoimentos que contassem a situação foi essencial para a entrega da matéria.

Mais tarde, entre agosto de 2009 e agosto de 2010, fui aluna de intercâmbio na Pontifícia Universidad Católica Argentina (UCA), onde tive contato com o jornalismo econômico e com a realidade argentina, muito diferente do que os turistas têm.

Nessa época, a manipulação da inflação era conhecida por todos. Impressionava-me como as pessoas reclamavam que a vida era cara e o índice de inflação era baixo. Cursei a matéria Jornalismo Econômico na UCA, me interessei e tive o primeiro contato com o tema, que passava pelo meu dia a dia, desde o preço do aluguel ao preço das botas e, claro, o número visivelmente crescente da população moradora de rua em Buenos Aires.

A manipulação da inflação atingiu a minha vida não só como moradora de Buenos Aires, mas como estudante de jornalismo, quando comecei a escrever matérias para a disciplina de jornalismo econômico. Nesse momento, me interessei pelo trabalho dos jornalistas argentinos e como eles tratavam o tema da manipulação da inflação durante a cobertura econômica. Ao retornar ao Brasil, pensei que seria uma idéia instigante descobrir os meios de trabalho dos jornalistas argentinos e decidi refinar o tema para fazer o meu projeto experimental.

O assunto interessa também porque o Brasil e a Argentina são países vizinhos que estão ligados historicamente e economicamente. A criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) em 1991 foi um dos marcos para a maior relação entre esses dois países, os quais possuem uma maior liderança dentro do bloco formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

De acordo com os dados da Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil é o principal parceiro comercial da Argentina. O Brasil ocupa o primeiro lugar como destino das exportações da Argentina e também o primeiro lugar no ranking dos países que a Argentina

mais importa<sup>1</sup>. No caso do Brasil, a Argentina está em quarto maior destino das exportações brasileiras, assim como é o quarto país de onde o Brasil mais importa<sup>2</sup>.

A partir dessas justificativas, este estudo tem como objetivo fazer a análise do trabalho de jornalistas de economia de dois jornais da Argentina, *Cronista Comercial* e *La Nación* dada a manipulação da inflação no país.

---

<sup>1</sup> OMC. Estatísticas da Argentina. Disponível em <  
<http://stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCountryPFView.aspx?Language=S&Country=AR>>

<sup>2</sup> OMC. Estatísticas do Brasil. Disponível em  
<<http://stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCountryPFView.aspx?Language=S&Country=BR>>

## METODOLOGIA

A pesquisa realizada para este estudo começa pela definição de jornalismo econômico no primeiro capítulo. Os principais autores que conceituam esse tipo de jornalismo são Bernardo Kucinski, Aylê-Salassié Filgueiras Quintão, Sérgio Villas Boas e Hérica Lene. Dentro do jornalismo econômico aparecem o leitor e o texto, que são objetos de estudo de Basile e Kucinski. O jargão *economês* é abordado por Alberto Dines, que explica a origem, por Quintão, que conta sobre a tradução do *economês* para a população brasileira, e por Quintão, que cita o trabalho de Hickman sobre *economês* e estrangeirismo. O fim desse capítulo ocorre com um estudo sobre o texto do jornalismo econômico por Basile, Quintão, Kucinski, Graham Watts e Lene.

O segundo capítulo é sobre o jornalismo econômico no Brasil. A estrutura do capítulo está feita de forma histórica, destacando o aumento do espaço do jornalismo econômico brasileiro na década de 1960. Também estão os principais jornais brasileiros de economia, a especialização dos jornalistas brasileiros, a informatização das redações, o fim da *Gazeta Mercantil* e o surgimento do *Valor Econômico* e do *Brasil Econômico*.

O terceiro capítulo introduz o jornalismo econômico na Argentina e entra na história dos jornais *La Nación* e *Cronista Comercial*. A história do *La Nación* é de um jornal de 1870 que permanece até hoje na mesma família proprietária. Esse periódico é o segundo maior da Argentina, perdendo o primeiro lugar para o *Clarín*. O *Cronista Comercial* surgiu em 1892 e atualmente é um dos três jornais especializados em economia que existem na Argentina.

O terceiro capítulo também recorre a história argentina desde o Plano de Conversibilidade, em 1991, mostrando a crise de 2001 e como o ex-presidente Néstor Kirchner chegou ao poder. O kirchnerismo e a manipulação da inflação são abordados nesse capítulo. Os principais autores utilizados no terceiro capítulo são Alicia Caballero, Martin Kanenguiser, Lucrecia Bullrich e Francisco Jueguen. Como a manipulação da inflação é um assunto novo, há poucos livros que tratam esse tema. A bibliografia utilizada para essa parte é recentemente publicada entre 2009 e 2011, além de pesquisa e leitura de reportagens dos dois jornais, *La Nación* e *Cronista Comercial*, entre 2007 e 2011.

O quarto capítulo deste estudo é uma análise das entrevistas realizadas e gravadas com os jornalistas em Buenos Aires. Cada assunto é colocado como um tópico dentro desse capítulo.

Os tópicos são sobre o momento da descoberta, as fontes, as dificuldades, a tensão na cobertura, a criação de índices alternativos, os fatos curiosos e as mudanças.

Na conclusão retoma-se a análise do trabalho para mostrar as descobertas que esse estudo traz. Além disso, esse capítulo responde à principal pergunta do estudo: “Como é o trabalho dos jornalistas argentinos do *La Nación* e do *Cronista Comercial* ante a manipulação da inflação?”

Este estudo foi realizado por meio de entrevistas feitas pessoalmente e gravadas em Buenos Aires com jornalistas desses periódicos e por leitura de exemplares.

Foram entrevistados seis jornalistas, sendo três de cada jornal. No *Cronista Comercial*, foram entrevistados Esteban Rafele, José Del Río e Juan Cerruti. No *La Nación*, os jornalistas ouvidos foram Francisco Jueguen, Lujan Scarpinelli e Oliver Galak.

Nas entrevistas com os jornalistas do *La Nación* e do *Cronista Comercial*, a autora fez sete perguntas. Foram elas:

Como e qual foi o momento em que você descobriu que havia manipulação nos números de inflação do Indec?

Quais são as fontes consultadas para se aproximar à inflação verdadeira?

Quais são as dificuldades da cobertura de manipulação da inflação?

Qual foi o momento com mais tensão na cobertura?

Você pensou em criar um índice de preços próprio para seguir a inflação?

Você conhece algum fato curioso sobre essa cobertura?

Você acredita que a cobertura e a situação podem mudar?

A escolha dos dois jornais, *La Nación* e *Cronista Comercial*, passa por várias justificativas. A primeira é poder analisar o trabalho de jornalistas de um jornal geral, *La Nación*, e de um jornal específico de economia, *Cronista Comercial*.

A segunda justificativa é o porquê do *La Nación*, já que esse é o segundo jornal mais vendido no país, perdendo para o *Clarín*. A razão é que, desde 2008, o *Clarín* e o governo argentino estão brigados e isso é notado nas matérias, nas capas e na linha editorial que o jornal segue.

O *La Nación*, embora seja um jornal atualmente de oposição, é mais neutro que o *Clarín*. Logo, a autora percebe que a análise do *La Nación* é mais enriquecedora.

A terceira justificativa é sobre o *Cronista Comercial*. Havia também a opção de escolher entre outros dois jornais de economia, o *Ámbito Financiero* e o *Buenos Aires Económico*. Como o *Cronista Comercial* é o único desses três que apresenta os números de sua tiragem, a autora decidiu por ele.

## 1. JORNALISMO ECONÔMICO

Para entender o que é jornalismo econômico, o estudioso brasileiro Bernardo Kucinski distingue as notícias de jornalismo econômico e as notícias do que ele chama de jornalismo genérico. Kucinski (1996) considera que as notícias do jornalismo genérico dão informações sobre eventos singulares e buscam a personificação. Quando se trata de jornalismo econômico, a abordagem da notícia é sobre processos e sistemas, os quais são sucessões de eventos contínuos. Esses processos, sistemas e sucessões de eventos são noticiados como um fato singular.

Kucinski exemplifica com a notícia sobre o crescimento da taxa do Produto Interno Bruto (PIB). O autor afirma que a informação sobre o crescimento da taxa do PIB é um processo – no caso, a taxa pode ter crescido outras vezes – que é transformado em um fato singular, já que houve uma variação do PIB. Kucinski lembra que episódios únicos precisam ser analisados como processos, leis ou relações econômicas, os quais são conflitantes em determinados momentos.

Esse mesmo autor caracteriza o jornalismo econômico como sendo “um jornalismo que não se propõe a explicar e sim a deduzir” (1996, p. 15).

O conceito de jornalismo econômico também é explorado pelo jornalista econômico brasileiro e doutor em História Cultural pela Universidade de Brasília Aylê-Salassí Filgueiras Quintão. Ele propõe o jornalismo econômico como uma nova prática jornalística, a qual “se caracteriza pela difusão da notícia e da análise da economia e dos assuntos financeiros, através dos meios de comunicação convencionais” (1987, p. 21).

Essa nova prática, segundo Quintão (1987), aparece como um reflexo da necessidade do sistema capitalista, sendo uma forma de contribuição para a sociedade responder às expectativas da burguesia.

O jornalista, escritor e doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo Sérgio Villas Boas (2006) elenca objetos para o estudo desse tipo de jornalismo. São eles: a inflação, os bancos, o mercado financeiro, as empresas, o consumo, o comércio internacional, a macroeconomia e a cobertura de negócios.

Outra definição é dada pela pesquisadora da Universidade Federal Fluminense e doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro Hérica Lene. Para Lene (2003), o jornalismo econômico é caracterizado pela difusão sistemática de fatos e temas relacionados com os problemas macroeconômicos ou da economia de mercado. Além disso,

as fontes consultadas são diferentes do jornalismo genérico: são economistas, banqueiros, projetos, balanços e relatórios originários de segmentos privados ou de instituições estatais.

Uma área importante dentro do jornalismo econômico é o seu texto. O consultor independente em jornalismo, com mais de 21 anos de experiência no jornal inglês *Financial Times*, Graham Watts (2004) afirma que redigir o texto do jornalismo econômico da maneira correta pode tornar o assunto muito mais interessante e recompensador para o jornalista e, ao mesmo tempo, acessível e útil para os leitores – os quais não são diferentes dos leitores das outras seções.

O leitor deve ser a prioridade na hora de escrever o texto, de acordo com o jornalista Sidnei Basile (2002). Ele destaca que, antes de começar a escrever o texto, o jornalista deve responder à pergunta “para quem você escreve?”. O público geralmente é formado, de alguma maneira, por pessoas interessadas em dinheiro e que pensam em produzir, consumir, poupar e investir. Geralmente, os interessados na publicação econômica querem informações mais específicas.

Embora o público-alvo do jornalismo econômico seja composto por pessoas interessadas no tema, esses leitores se dividem pelo menos em dois grupos (KUCINSKI, 1996). De um lado estão os especialistas, grandes empresários e profissionais do mercado. Do outro lado estão o grande público e os pequenos empresários.

O primeiro e menor grupo, especialistas e grandes empresários, já está acostumado com a linguagem técnica da economia. Porém, o grande público se sente prejudicado quando encontra essa nomenclatura de difícil compreensão.

Kucinski (1996) explica que o grande público pede o texto com uma linguagem comum e explicativa, sem perda de conteúdo. O autor justifica que o referencial do jornalista não é o mesmo que o do economista, mas o dos interesses da população.

Para Kucinski, o jornalista enfrenta o desafio de “reportar, analisar e transmitir opiniões de economistas e governo, sem usar linguagem que as pessoas comuns não entendam, e sem violar os conceitos criados pela linguagem dos economistas”.

A linguagem utilizada pelos economistas e administradores sem pretensão de discutir o desenvolvimento do país é chamada de economês (BASILE, 2002).

Para o autor, quando as autoridades são questionadas, respondem com argumentos tecnicistas e incompreensíveis para boa parte das pessoas. E se o público pede uma explicação sobre o que esses termos significam, a resposta aparece na mesma linguagem.

A nação, manietada em suas liberdades, assiste passivamente ao lançamento e desenvolvimento desse processo. Os líderes dessa arrancada desenvolvimentista, administradores de elevada competência técnica mas pouco dispostos a discutir as condições sob as quais esse desenvolvimento está sendo obtido, se expressam em uma estranha língua, parecida com o Português. É o *economês*. (BASILE, 2002, p. 71)

Dines (1974) explica que o jargão dos profissionais técnicos foi batizado de *economês* pelo jornalista Carlos Lacerda. “O noticiário econômico abriu-se para a grande massa de leitores, mas paradoxalmente fechou-se na sua linguagem e abordagem graças a ascensão de uma nova classe de tecnocratas nas fontes de notícias” (DINES, 1974, p. 72).

Quintão (1987, p. 102) recorre ao linguista Greimas para definir o *economês*: “a linguagem vai aos poucos adquirindo uma forma própria e com isso aproximando-se de uma categoria semântica que Greimas chama de Socioleto”.

O Socioleto é um plano de expressão que usa palavras e expressões específicas de uma área para explicar, desenvolver ou analisar a realidade sócio-política. Ao usar dezenas de palavras que o leitor não entende, a leitura do texto se torna hermética e elitista (QUINTÃO, 1987).

Quintão defende que essa linguagem importada funciona como um código internacional da sociedade capitalista e que era adotada primeiramente pelos técnicos brasileiros em seus relatórios. Depois, os porta-vozes oficiais surgiam nas páginas dos jornais com o *economês* e acabavam legitimando-o.

Na época da ditadura havia censura e quase nenhum jornalista especializado para traduzir o *economês* para os brasileiros. Para Basile (2002), o primeiro jornalista brasileiro que tentou buscar uma forma de explicar para os leitores o que significava aquela linguagem hermética foi Joelmir Beting.

No final dos anos 60, Joelmir Beting era editor do jornal *Folha de S. Paulo* e em 1970 virou colunista nesse mesmo jornal, onde procurava explicar os significados das difíceis expressões utilizadas pelos economistas e metáforas usadas pelas autoridades (BASILE, 2002). A coluna diária de Beting foi lançada no dia 7 de janeiro de 1970 e foi ininterrupta até 30 de novembro de 2004<sup>3</sup>.

Beting escrevia sobre o campo minado da expansão da inflação. Quando queria se referir ao crescimento da economia, falava em acelerador da economia. E os freios da economia, para ele, eram os juros. O jornalista explicava os eventos encadeados que poderiam ter conseqüências imprevisíveis como sendo a bola de neve dos eventos (BASILE, 2002).

---

<sup>3</sup> BETING, J. Perfil: Minha Carreira e Minha História. **Joelmir Beting: o que eu sei, o que eu penso, o que eu acho**. Disponível em < <http://www.joelmirbeting.com.br/noticias.aspx?IDgNews=10> >. Acesso em 28 mai 2011.

O economês também envolve o estrangeirismo. Uma pesquisa realizada por Hickman (apud QUINTÃO, 1987, p. 71) sobre a linguagem do economês mostrou que havia, em 1982, uma presença crescente de expressões estrangeiras que apareciam várias vezes nos textos: “*board of director, boom, clearing, drawback, insider, joint venture, know how, marketing, open market, outdoor, pool, royalty e traveller check*”.

No entanto, Quintão ressalva que, a cada nova prática econômica, o economês incorpora novas palavras. Muitas delas sem tradução para o português, pois seriam práticas desconhecidas na língua falada no Brasil.

O estrangeirismo também prejudica os jornalistas na pauta, os quais não entendem ou não sabem o significado de algumas palavras. Kuncinski (1987) afirma que esse problema vem da presença de palavras difíceis do jargão dos economistas e também das expressões do inglês. O autor aconselha que “só quando se conhece o conceito é possível simplificar e usar metáforas ou imagens, sem comprometer a precisão da informação”.

Outro aspecto do texto no jornalismo econômico é a utilização de neologismos. Novas palavras surgem com as mudanças no setor político e econômico, transformando verbos em substantivo e vice-versa. É o caso do verbo “tomar” que gerou o substantivo “tomador”. E do substantivo “sobretaxa” que criou o verbo “sobretaxar” (KUCINSKI, 1987).

O uso de siglas, de acordo com Couto (apud QUINTÃO, 1987, p.105), tornou-se uma prática comum a partir dos anos 60. Desde então, as siglas se multiplicaram nas diversas áreas da economia e tiveram um grande impacto na leitura do texto de economia. O resultado é que o leitor fica confuso ao deparar com tantas siglas, sendo que muitas delas são parecidas – é o caso de Embrater (Empresa Brasileira de Extensão Rural) e Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica).

A checagem das informações é essencial, seja para o jornalismo genérico ou especializado. E como se trata de uma área que envolve números, a recomendação de Basile (2002) é sempre conferir os números para fugir do que ele denomina “maldição do milhão por bilhão”. Basile (2002, p. 114) explica que “há um impulso suicida entre os profissionais da área de simplesmente acrescentar três zeros ou então subtrair três zeros”.

Ainda sobre a conferência dos dados, na hora de escrever o texto no jornalismo econômico é necessário levar em conta, segundo o autor, a imprecisão das declarações. Isso porque uma declaração fornecida oralmente muda de peso ao ser impressa e fica mais forte. A forma de evitar a imprecisão é anotar ou gravar tudo o que o entrevistado fala.

Kucinski (1987) exemplifica a imprecisão da informação no noticiário sobre inflação. O autor afirma que, quando se fala sobre inflação é comum trocar a velocidade dos preços com a aceleração. Dizer que “caiu o custo de vida” quando na verdade ele subiu, porém um pouco menos que no mês anterior. Na verdade, o que ocorreu foi uma desaceleração na velocidade dos preços.

O descuido relacionado à imprecisão aparece também nos indicadores. No caso da distribuição de renda, é necessário distinguir e qualificar os tipos de renda incluídos – se é familiar ou pessoal. Quando o assunto são os preços, é preciso esclarecer se são preços correntes ou preços de um determinado dia (KUCINSKI, 1987).

Quanto à cobertura econômica sobre o desemprego, o texto deve explicar se o indicador inclui ou não o desemprego oculto – pessoas que não se declaram desempregadas, mas que estão sem emprego e que gostariam de ter. Outro cuidado com a imprecisão da informação no texto do jornalismo econômico é o tratamento da variação do PIB (KUCINSKI, 1987).

Um ponto importante é lidar com os números. Uma matéria muito carregada de número fica confusa. A solução é pensar em infográficos, tabelas e outros recursos de ilustração, os quais deixam a informação mais clara para o leitor.

Kucinski (1987) recorda que tanto no rádio, na televisão ou no papel, uma boa narrativa final é que define a qualidade da informação jornalística. E quanto mais orgânica for a relação entre forma e conteúdo, o jornalista terá mais consciência da sua intencionalidade – e a narrativa será mais criativa. São vários os elementos que refletem essa intencionalidade: o texto, os títulos, os subtítulos, as legendas, as fotos, as ilustrações e os gráficos.

A objetividade, para Kucinski, é destacada como um dos princípios de adesão à honestidade intelectual e de primazia dos fatos, os quais aparecem no texto jornalístico por meio de ferramentas de fundo e estilo.

Como atributos de fundo, o autor sugere a pertinência e a importância social do tema, a hierarquia apropriada dos fatos, uma boa concatenação e contextualização desses, e a distinção entre opinião e informação. O estilo fica por conta da clareza, simplicidade, concisão e precisão.

Outros itens para um bom texto, segundo Kucinski, incluem expressividade, potencial de destaque em relação ao conteúdo do jornal e capacidade de aflorar sentimentos ainda não conscientizados pelos leitores e narração fluida.

Graham Watts (2004) indica seis formas de melhorar o texto no jornalismo econômico. A primeira delas é “fazer sua própria história”<sup>4</sup>, começando por procurar mais fontes e ângulos. E se depois do fim da pesquisa o material parecer chato, velho ou inconsequente, é necessário ter a coragem de não gastar mais tempo com esse material.

O segundo ponto é “atingir o fundo da história”. A construção de histórias reais passa pelo aprofundamento da questão. Em uma época em que a informação é instantânea e está disponível todas as 24 horas, os leitores querem saber o que é que todos aqueles dados significam.

O terceiro ponto é “aproveite mais de você”. Watts recomenda que o repórter saia dos escritórios e vá aos lugares para entender realmente o que está acontecendo. É muito mais fácil obter a informação dos releases enviados, mas os leitores acharão mais interessante se os dados forem vivos e isso transparecer no texto.

A quarta ideia é “trazer pessoas reais para dentro do texto”. Procurar por fontes interessantes para dar vida e cor às histórias. Os leitores gostariam muito mais de conhecer as histórias de vida de outras pessoas do que de homens de paletó cinza nas páginas do jornal.

“Entenda melhor o tema” é o quinto ponto. Watts afirma que a partir do momento que o repórter entende, por exemplo, a dinâmica de um mercado ou as consequências sociais de uma política econômica, isso permite o entendimento de como a vida funciona no âmbito econômico. Dessa forma, ele pode conectar áreas que inicialmente não parecem afins com o universo da economia.

A sexta forma de melhorar o texto no jornalismo é “explicá-lo bem”. O jornalismo econômico também tem a função de ensinar às pessoas algo que elas não entendiam antes. Por isso, o jornalista pode tentar desenvolver um sexto sentido para saber quando o leitor precisa de ajuda para entender conceitos técnicos e processos.

No Brasil, a imprensa construiu uma nova linguagem no noticiário para explorar mais a participação popular ao longo dos anos e dos planos econômicos sucessivos (LENE, 2010). A editoria de economia no país era marcada por uma linguagem mais hermética. Porém, começou a se popularizar e, com isso, atrair mais leitores.

A valorização da notícia aconteceu com os elementos indicados por Basile (2002), como a evolução dos gráficos e tabelas, os quais foram reforçados pelos infográficos. Além disso, os recursos de informática influenciaram na sofisticação gráfica adotada pelos veículos.

---

<sup>4</sup> Tradução livre de WATTS, Graham. Writing Tips, In: BISAT, A.; SCHIFFRIN, A. Covering Globalization: a handbook for reporters. Nova Iorque: Columbia University Press, 2004.

O texto no jornalismo econômico mostra um aumento na interatividade com os leitores (LENE, 2010). O primeiro indício apareceu quando as redações se mostraram preocupadas em responder as dúvidas relevantes para o público nas turbulências provocadas pelos planos econômicos. O contato com o leitor era feito, inicialmente, por telefone ou cartas e criava mais questionamentos e pautas novas.

Lene afirma que dessa forma é possível ver que a narrativa da imprensa brasileira adotou uma posição mais pedagógica, estabelecida por meio de uma linguagem menos técnica. O resultado foi que o jornalismo econômico passou a responder à demanda crescente dos leitores por informações sobre os impactos da economia em suas vidas.

A autora conclui que:

Nesses momentos significativos para a economia do país, os jornais autoafirmaram sua importância, ao tentar desvendar os fatos desse campo específico do conhecimento e aproximá-los da compreensão dos leigos. O jornalista dessa área passou, então, a atuar voltado para atender a um leitor “consumidor-espectador-cidadão”, inserido em um novo contexto da cultura do consumo. (LENE, 2010 p. 175)

Apesar disso, a mudança não ocorreu para agradar exclusivamente ao leitor com um texto mais didático e aspectos gráficos mais modernos. Por trás, havia uma estratégia de adaptação da imprensa à necessidade de sobreviver no mercado.

## **2. JORNALISMO ECONÔMICO NO BRASIL**

O jornalismo econômico tem a mesma idade da imprensa, segundo Caldas (2003), e não existe registro de um jornal sem notícias de algum cunho econômico. Um dos primeiros registros de jornalismo econômico no Brasil foi em 1920 no jornal *O Estado de S. Paulo*, quando Cincinato Braga tinha uma coluna diária chamada “Magnos problemas econômicos”. Durante a década de 50, os assuntos econômicos nas páginas dos jornais de informação geral apareciam em pequenas notas ou em artigos isolados sobre interesses do comércio e dos cafeicultores – informação sobre produção, exportação, movimento de portos ou taxas cambiais (QUINTÃO, 1987).

A origem dessas notícias eram as agências estrangeiras de informação, as câmaras de comércio e o Ministério da Fazenda. Nessa época, os temas econômicos eram acompanhados pelos jornais sem distinção das demais notícias, havendo preferência pelo noticiário da área de política (apud QUINTÃO, 1987, p. 48).

Havia também um grupo de Jornais do Comércio editado pelas associações patronais nos estados que, além da cobertura geral, cobria indústria e comércio. Esse tipo de cobertura era rejeitado pelos grandes jornais, que consideravam matérias envolvendo os setores de comércio e de indústria como de caráter promocional (QUINTÃO, 1987).

A principal característica dos Jornais do Comércio era a fonte de receita: editais de cartório, protestos, atas de assembléias, balanços de empresas, ou comunicados de empresas ao público. A circulação desses jornais era limitada às regiões ou cidades onde eram editados (QUINTÃO, 1987).

A estabilidade econômica dessas publicações não permitia muitas mudanças em sua estrutura e organização, principalmente do ponto de vista tecnológico. A partir daí, começou a decadência dos Jornais do Comércio. No fim dos anos 70, as empresas estavam tecnologicamente defasadas e perdiam leitores e clientes comerciais (QUINTÃO, 1987).

Quanto às colunas e seções de economia, elas começaram se desenvolver com mais força nos últimos anos da Segunda Guerra Mundial, que durou entre 1939 e 1945. Nessa época, o jornalista alemão e doutor em Economia Frederico Heller chegou ao Brasil e, a pedido de Júlio Mesquita Filho, escrevia artigos especializados sobre economia para o jornal *O Estado de S. Paulo* (QUINTÃO, 1987).

Em 1945, Júlio Mesquita Filho convidou outro jornalista estrangeiro para trabalhar no Brasil, o francês Giles Lapouge, que não se adaptou ao país e voltou a Paris. Lapouge conhecia bem os problemas brasileiros nas relações com o exterior. Quando retornou a Paris, ele escreveu uma grande reportagem sobre “O Plantio de Café na África”, preocupando os cafeicultores brasileiros. No mesmo período, outro jornalista francês, Roberto Appy, foi contratado pelo *Estado de S. Paulo* como analista de assuntos econômicos (QUINTÃO, 1987).

Em 1949, o jornal lançou seu *Suplemento Comercial e Industrial*, que fazia a cobertura de todos os assuntos da área econômica no mundo. As matérias analíticas eram enviadas pelas agências estrangeiras ou escritas pelos colunistas. Segundo Quintão, o suplemento era “um veiculador doutrinário, liberal, anticomunista, com postura política bem delineada na área da economia” (1987, p. 50).

Por volta de 1950, a *Folha de S. Paulo* contratou repórteres para os temas de economia: Carlos Freitas e Morel Marcondes Reis. No ano seguinte, surgiu o jornal *Última Hora*, no Rio de Janeiro. Os colunistas do *Última Hora* – Domar Campos, Inácio Rangel, Sidney Latim e Jesus Soares Pereira – se revezavam para escrever artigos de análise econômica com conteúdo doutrinário (QUINTÃO, 1987).

Quintão (1987) nota que até a metade da década de 50 o jornalismo econômico era mais representado pelo colunismo, fazendo mais análises do que trazendo notícias, além de ocupar um reduzido espaço nas páginas dos jornais. Essas análises mostravam uma intenção de influenciar a política econômica do país – muitos colunistas se relacionavam com os ministros e autoridades econômicas.

A década de 50 foi decisiva para a industrialização brasileira e isso se refletiu na cobertura da imprensa. O fortalecimento dos segmentos industriais e urbanos atingiu as empresas de jornalismo, com a introdução de inovações tecnológicas para elas se adaptarem à nova realidade conjuntural.

Nesse contexto foram criadas as seções de economia com notícias – não somente artigos – sobre os fatos econômicos. A *Folha de S. Paulo* criou o *Caderno de Economia e Finanças* na segunda metade dos anos 50. O *Estado de S. Paulo* lançou outro suplemento, o *Suplemento Agrícola de O Estado de S. Paulo*, semanal, e acabou aumentando o número de leitores no interior do país. Os Diários Associados de São Paulo também inauguraram uma seção de Economia (QUINTÃO, 1987).

No Rio de Janeiro, os jornais ainda se mostravam mais inclinados à cobertura política e policial. Porém, nos últimos anos da década de 50 e no início da de 60, a política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek apareceu com muita força e os jornais cariocas não puderam ignorar tal evento. Alguns criaram a editoria, mas boa parte ainda contava com o trabalho de colunistas especializados no tema (QUINTÃO, 1987).

Foi a partir do início dos anos 60 que apareceram os traços de uma cobertura econômica sistemática. No Rio de Janeiro, três irmãos jornalistas dominaram o noticiário de economia: Ruy Rocha, editor de Economia no *Última Hora*; Reinaldo Rocha, repórter de economia no *Estado* e *O Globo*; e Álvaro Rocha, que cobria economia para o *Jornal do Brasil*. Eles formavam a chamada “Rocha Press” e teriam sido os criadores do *pool* na área econômica. Trabalhavam pela manhã e no final da tarde se juntavam no Ministério da Fazenda para trocar entre si as informações obtidas (QUINTÃO, 1987).

Com o golpe de 64 e o Estado de Exceção após o AI-5, em 1968, os militares decidiram intervir diretamente na imprensa e controlar o que sairia nas publicações, proibindo assuntos que não fossem de seus interesses. Os jornais reagiram e não aceitaram as ordens. O *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro, foi um dos que mais resistiu e acabou falindo, sem dinheiro para pagar funcionários e custos. O governo cortou as verbas publicitárias oficiais e passou a ameaçar empresas privadas que anunciavam no jornal (CALDAS, 2003).

Em São Paulo, o *Estado de S. Paulo* e o *Jornal da Tarde* publicavam receitas culinárias e versos de Camões no espaço das matérias censuradas, como forma de protesto. Os agentes da censura ligavam para as redações de rádio, televisão, jornais e revistas entre 18h e 19h. A secretária do editor-chefe era informada do que queria o agente e escrevia. Caldas afirma que, dessa forma, “as páginas de política emagreciam na mesma proporção em que as de economia engordavam, indiretamente incentivadas pelos generais, ávidos em divulgar feitos do ‘milagre econômico’ e da queda da inflação” (2003, p. 13).

Os jornais organizaram suas editorias de economia e as segmentaram em setores econômicos específicos. Dessa forma nasceu a especialização e repórteres que cobriam exclusivamente a Petrobrás, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Bolsa de Valores, o Banco Central, o Ministério da Fazenda, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a indústria naval, o comércio exterior e a economia do café, entre outros (CALDAS, 2003).

Durante o milagre econômico brasileiro, o jornal *Gazeta Mercantil* começou a crescer, adotando uma linha editorial estimulando o desenvolvimento de uma economia capitalista de livre mercado. A *Gazeta* surgiu em 1920 como um pequeno diário em formato de boletim econômico e financeiro. Em 1934, o *Boletim Diário de Informações da Gazeta Mercantil e Industrial* foi adquirido pela família Levy, antes pertencente ao italiano Pietro Pardini (LENE, 2003)

A família Levy já tinha publicações na área de jornalismo econômico – o *Boletim Comercial Levy*, criado em 1929, e a *Revista Financeira Levy*, criada em 1931. O jornal se uniu a essas duas publicações, criando a *Gazeta Mercantil Industrial e Financeira* (apud Lene, 2003). Desenvolveu-se assim o embrião do que foi a *Gazeta Mercantil* até os seus últimos anos.

O final dos anos 60 no Brasil e o modelo de desenvolvimento econômico adotado abriram um espaço favorável para o surgimento de boletins e revistas dedicadas ao tema da Economia. Tais publicações funcionavam como ativadores dos negócios, pois davam informações e análises atualizadas sobre as oportunidades e condições de compra e venda do que era produzido no país. A circulação era mensal, semanal ou quinzenal (QUINTÃO, 1987).

Entre os primeiros boletins criados nesse período estava o *Copy Desk*, editado por Siqueira Campos, um antigo repórter de economia de *O Estado de S. Paulo*. Segundo Quintão (1987), esse boletim transcrevia o título e o lide das matérias de economia dos grandes jornais, citando a fonte. *Política e Negócios* foi a primeira revista de cobertura de assuntos econômicos, mas teve uma vida curta.

Em 1967 apareceu a revista *Exame*, a partir da especialização da editoria da revista *Veja*. A *Exame* é cronologicamente a primeira publicação em revista séria no sentido de viabilizar um veículo nacional de economia. A revista se beneficiou da experiência da editora Abril no ramo de revistas especializadas. Com três anos de existência, a *Exame* alcançou a marca de 300 mil exemplares (BASILE, 2002).

Outra revista fundada no final da década de 60 e início da de 70 foi a *Expansão*. O criador dessa revista foi Harvey Poppel, que após sua formatura pela Havard Business School decidiu investir no mercado editorial da América Latina e recebeu os direitos da *Harvard Business Review* para esse continente (BASILE, 2002).

Poppel começou a se estabelecer no México com a criação da revista *Expansión* em 1966. Depois foi para a Argentina, lançando sua versão local, mas sem obter o mesmo sucesso do México. E após o país vizinho, Poppel editou a revista no Brasil. Basile (2002) considera a *Expansão* como um modelo curioso de revista de negócios que acabou marcando a evolução da imprensa econômica no Brasil:

Nacional, tanto na cobertura, como na distribuição; focada nas competências dos empresários, na maneira peculiar como enfrentavam os desafios para resolvê-los, e, nesse sentido, contadora de boas histórias de caso que, dependendo das circunstâncias, poderiam ser adaptadas à solução dos problemas de qualquer empresa. Na cobertura, utilizava vários dos critérios que recomendava para a administração dos negócios. Dois dos princípios de Harvey eram famosos na Redação: marketing é segmentação e marketing é follow-up (BASILE, 2002, p. 73).

Em 1975, a *Expansão* foi comprada pela editora Abril e incorporada à revista *Exame*, consolidando uma trajetória de liderança na imprensa econômica do Brasil (BASILE, 2002).

Para Quintão (1987), a revista *Conjuntura Econômica*, da Fundação Getúlio Vargas, era a mais importante revista de economia. Também surgiram outros títulos além dos já citados, como *Mundo Econômico*, *Panorama Econômico*, *Visão* e um grande número de publicações especializadas.

Até os anos 70, a televisão brasileira não tinha nenhuma experiência em lidar com assuntos econômicos. E para fazê-lo, os produtores sabiam que seria preciso fugir do economês, pois o público era formado por diferentes classes sociais. Em 1970, o dono da *Folha de S. Paulo* e da *TV Gazeta*, Otávio Frias, convidou um ex-comentarista de futebol para criar o formato e conduzir um novo programa de economia na televisão, o jornalista Joelmir Beting – na época, Beting era colunista de economia nesse jornal.

No mesmo ano, a *TV Cultura* de São Paulo também fez um programa de análises econômicas e de comentários, ancorado pelo jornalista Marco Antônio Rocha. Após quatro anos, a *Globo* comprou o passe do âncora. Na *Globo*, a atenção com o didatismo para as classes C e D era redobrada. As explicações precisavam ser completas e detalhadas, mas o tempo era curto. O resultado da experiência foi a manifestação do público pedindo mais explicações sobre o uso das expressões do que perguntas sobre rendimento do dinheiro (CALDAS, 2003).

Nesse contexto, outra área do jornalismo econômico dava os primeiros passos: a cobertura do mercado de capitais. No Brasil, essa cobertura coube ao *Diretor Econômico*, um encarte de 16 páginas do *Correio da Manhã*. A edição era feita por Aloísio Biondi, Washington Novais e Aloísio Santos. Entre 1970 e 1971, o número de sociedades anônimas de capital aberto subiu de 209 para 551. As discussões sobre negócios despertaram o interesse do público para o tema. O *Diretor* publicou grandes reportagens sobre empresas e o acompanhamento dos negócios e mostrava que o cidadão poderia aplicar na Bolsa de Valores (QUINTÃO, 1987). Em 1971 estourou o *boom* da Bolsa de Valores: as ações atingiram níveis elevados e sofreram quedas iguais. Quintão explica como a curta duração do *boom* da Bolsa, apenas quatro meses, atingiu o *Correio da Manhã*:

A queda da Bolsa faz cair novamente a confiança do público e a credibilidade do *Diretor* é abalada, atingindo o próprio *Correio da Manhã*, já incompatibilizado com o Governo e que tem seu prestígio alimentado praticamente pelo *Diretor Econômico* (QUINTÃO, 1987, p. 77).

Apesar da ditadura, o *Correio da Manhã* continuou denunciando as práticas contábeis que o governo não deixava transparecer. O ministro de Economia Delfim Neto acabou suspendendo o *Correio da Manhã*, que deixou de existir. A desapareição do *Diretor Econômico*, segundo Quintão (1987), abriu um espaço para que os grandes jornais aumentassem suas páginas e editorias na área econômica.

Na metade da década de 70, a *Gazeta* havia concluído o esboço do seu primeiro ciclo de modernização. Os donos queriam um jornal “independente, influente e, em consequência, rentável. Seu objetivo maior era fazer um diário de circulação nacional” (LENE, 2003, p.4).

A estrutura do jornal foi dividida em 12 editoriais ou seções: Primeira página; Internacional; Nacional; Opinião (editorial); Legislação; Indústria; Matérias-primas; Agropecuária; Finanças; Mercados; Administração & Serviços; e Insolvências (apud LENE, 2003).

Sobre o contexto econômico e jornalístico desse período da década de 1970, Quintão (1987) observa que:

Numa economia altamente inflacionada a partir de 1975, uma informação sobre as taxas da inflação, ou das cadernetas de poupanças, ou dos reajustes cambiais, ou de remuneração das aplicações, ou ainda sobre a evolução da “guerra” nos países produtores de petróleo torna-se tão importante para a *Gazeta* e a seus leitores quanto o valor intrínseco das próprias moedas. A informação é vista como uma mercadoria perecível. Portanto, há necessidade de agilidade e precisão na sua divulgação (QUINTÃO, 1987, p. 82)

Quintão (1987) afirma que a grande imprensa demorou a perceber o fenômeno da importância da informação econômica. Apesar disso, o sistema de informação dos jornais obteve avanços tecnológicos, com a troca de máquinas de escrever por novos computadores. Também apareceram os jornais de empresa, criados para minimizar os conflitos entre capital e trabalho e melhorar a produtividade. O conteúdo mostrava o crescimento econômico da empresa e a promoção social da classe trabalhadora, como uma operação de relações públicas e propaganda (SANTOS apud QUINTÃO, 1987, p. 83).

Os anos 70 foram marcados pela especialização do jornalista de economia, dadas a diversidade dos assuntos e a exigência de precisão nas informações. Em depoimento a Quintão (1987), o jornalista brasileiro Pery Cotta esclareceu que esse aprimoramento do repórter começou pela cobertura da Bolsa de Valores e se estendeu pela área de Mercado de Capitais.

Ainda segundo o depoimento de Pery Cotta, outra razão foi a expansão da área de economia, quando se tornou impossível a não-especialização. Caldas (2003) destaca que a especialização do repórter facilita o trabalho de apuração e auxilia na velocidade de redação do texto.

Uma pesquisa realizada por Quintão<sup>5</sup> sobre os jornalistas de economia da década de 70 mostrava que esse profissional começou a ser delineado no período do milagre econômico, começando a atividade jornalística entre 1967 e 1976. Dos entrevistados, 25,6% haviam iniciado a atividade profissional como jornalista diretamente na área da economia.

Mais da metade – 60,9% – eram graduados apenas em Comunicação Social e somente um pequeno grupo de 6 pessoas tinha outro diploma de graduação além da Comunicação. Só dois jornalistas haviam cursado uma pós-graduação. Um número pequeno – 7,3% – tinha feito cursos de línguas.

---

<sup>5</sup> A pesquisa de Quintão foi aplicada a 82 dos 150 jornalistas de economia do país que participaram do Primeiro Encontro de Jornalistas de Economia, realizado no dia 27 de outubro de 1979, no Rio de Janeiro. Os jornalistas em exercício que compareceram ao evento trabalhavam nos seguintes estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Sergipe, Ceará, Pernambuco e Bahia (QUINTÃO, 1987, p. 121).

Quintão (1987) conclui que, naquele período, a experiência dos jornalistas não se revelava suficientemente sólida na área da economia. Os cursos acadêmicos formais também apresentavam deficiências do ponto de vista da preparação de profissionais para a realização de uma cobertura específica. A única maneira de aprender a fazer esse tipo de cobertura era a prática.

Ao analisar a cobertura do jornalismo econômico, Quintão (1987) critica que, na falta de um debate político amplo, o jornalismo econômico e o jornalista de economia se concretizam dentro da conjuntura política durante a década de 70, transformando-se em uma ferramenta de propagação dos valores e práticas reprodutivas de um modelo de dominação capitalista burguês contemporâneo.

A doutora em sociologia pela Universidade Paris-V Alzira Alves de Abreu apresenta outra posição em relação à crítica de Quintão. A justificativa é que as editorias de economia se tornaram o espaço para o exercício de um engajamento político para os jornalistas. No estudo<sup>6</sup>, a autora percebeu um número significativo de jornalistas que eram envolvidos com organizações políticas e já estavam engajados nessa mesma época (2001).

Existe ainda uma diferença sobre as gerações de jornalistas dos anos 1960 e 1970 para os jornalistas nos anos 1980. “A geração de jornalistas que iniciou a vida profissional nos anos 1960, durante o regime militar, viveu o auge do engajamento político, mas a partir dos anos 1980 esse engajamento começou a diminuir ou a assumir novas formas” (ABREU, 2001, p.3). O menor engajamento político dos jornalistas nos anos 80 não afetou o crescente aumento de espaço da imprensa econômica. O papel dos jornalistas na ditadura ajudou a imprensa, que ganhou credibilidade e legitimidade junto ao leitor também na abertura política (ABREU, 2003)

Basile (2002) analisa que os anos 80 exigiram mais especialização para o jornalista. Após a redemocratização do país, em 1985, os longos processos para estabilizar a moeda brasileira se arrastaram pelos dez anos seguintes. O leitor, mais uma vez, precisava entender a complexidade das questões. “Entender como e por que o Brasil tinha quebrado, nos idos de 1981; quais as novas condições da retomada do crescimento e, sobretudo, por que éramos uma nação tão injustamente dividida entre ricos e pobres” (BASILE, 2002, p. 75).

A participação dos diferentes órgãos jornalísticos na transição política brasileira da ditadura à democracia foi bastante heterogênea. Apesar disso, a imprensa conseguiu um status

---

<sup>6</sup> Trata-se de um estudo sobre a editoria de economia do jornal *O Globo*, criada durante o regime militar e utilizada como espaço de “resistência à ditadura” por alguns jornalistas. Segundo a autora, o “estudo dessa editoria indica as mudanças que ocorreram na imprensa nas últimas décadas e nas orientações do jornalismo” (ABREU, 2001, p. 1).

importante como espaço de debates e agente do processo político. O doutor em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense Rafael Fortes acredita que “este status estava em vigor e certamente influenciou o lugar de autoridade política assumido pelas revistas semanais na cobertura do Plano Cruzado<sup>7</sup>” (2005, p. 17).

Fortes (2005) destaca que a cobertura jornalística do Plano Cruzado foi vista como uma cobertura de jornalismo político, por um lado. Por outro, o tratamento dado era de notícias essencialmente econômicas.

O Plano Cruzado marcou o trabalho dos jornalistas que, segundo Lene (2010), passou a ser mais pedagógico e mais didático. A autora afirma que o jornalismo de serviço ganhou força com o caso do Plano Cruzado porque, naquele momento de choque econômico, todos buscavam informação: leitores, ouvintes e telespectadores. O público queria saber e entender o significado dos termos econômicos que a partir daquele dia passariam a influenciar em suas vidas. (LENE, 2010)

A simplificação pedagógica da linguagem fez os veículos usarem mais recursos gráficos como boxes, tabelas e ilustrações para facilitar o entendimento por parte do leitor. Dessa forma, “o jornalismo de serviço ou de utilidade pública passou definitivamente a fazer parte da rotina e do papel dos jornalistas, nessa editoria, a partir dessa fase de turbulências na economia brasileira inaugurada pelo Plano Cruzado” (LENE, 2010, p. 174).

No mandato José Sarney<sup>8</sup>, mais três programas de medidas econômicas sucederam o Plano Cruzado – os planos Cruzado II<sup>9</sup>, Bresser<sup>10</sup> e Verão I<sup>11</sup>. A cobertura mudou e passou de

---

<sup>7</sup> O Plano Cruzado foi uma série de medidas utilizadas para conter a inflação durante o governo do presidente José Sarney, que assinou o decreto-lei nº 2 283 em 27/2/1986. Esse plano econômico foi caracterizado, segundo Sandroni (1999) por medidas que envolviam: 1) congelamentos de preços nos mesmos níveis do dia em que o decreto foi publicado; 2) mudança da “unidade do sistema monetário, que passou a denominar-se cruzado, com valor correspondente a mil unidades de cruzeiro” (SANDRONI, 1999); 3) as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) foram trocadas pela Obrigação do Tesouro Nacional (OTN), com a quantia de Cz\$ 106,40, congelado por um ano; 4) os salários foram congelados pela média do seu valor no último semestre; 5) o salário mínimo foi congelado em Cz\$ 804,00; 6) foi criada uma tabela para fazer a conversão das dívidas contraídas numa economia com inflação muito alta para uma economia praticamente sem inflação; 7) surgiu um tipo de seguro-desemprego para pessoas demitidas sem justa causa ou pelo fechamento de empresas; 8) os reajustes salariais passaram a ser feitos pelos chamados “gatilho salarial” ou “seguro-inflação”, que reajustavam automaticamente os salários todas as vezes que a inflação atingisse 20%.

<sup>8</sup> O mandato do presidente José Sarney foi entre 1985 e 1990.

<sup>9</sup> O Plano Cruzado II foi outro pacote fiscal lançado no governo de José Sarney no dia 21 de novembro de 1986, depois das eleições de novembro. Esse plano representava o fim do congelamento de preços, pois foram liberados o “aumento das tarifas de energia elétrica, correios, telefones, táxis, leite e remédios” (RACY, 2005).

<sup>10</sup> O Plano Bresser Plano entrou em vigor no primeiro semestre de 1987, pelo ministro Luís Carlos Bresser Pereira, para conter o processo inflacionário que havia no país. O plano incluía alguns pontos do Plano Cruzado, mas com possuía certas modificações. As medidas foram: 1) congelamento geral de preços e salários por um prazo de noventa dias; 2) flexibilização de preços com reajustes mensais de preços; 3) após a fase de flexibilização, veio a liberação de preços definidos pelo mercado; 4) criação da Unidade de Referência de Preços (URP), reajustando os salários. O valor inicial da URP foi de NCz\$ 100 a partir de 15 de junho de 1987; 5) “implantação de uma política monetária e fiscal rigorosa com a intenção de reduzir o déficit público e impedir

entusiasmada para mais crítica. Começou o mandato de Fernando Collor de Mello<sup>12</sup>, primeiro presidente eleito por votação direta após a abertura política, e foi lançado o Plano Brasil Novo<sup>13</sup>. O confisco da poupança deixou a população e a imprensa perplexas.

Os jornais tiveram um papel de abrir amplos espaços para a divulgação das medidas e de tentar explicá-las e simplificá-las para o público. Além disso, tiveram a função de apaziguar os ânimos. A imprensa foi o principal agente de intermediação, para o público, dos fatos econômicos gerados pelo governo e os jornalistas reforçaram, mais uma vez, na “era” Collor, seu papel e sua importância como mediadores desse processo, tentando traduzir, além do “economês” das medidas, seus impactos jurídicos (LENE, 2010, p. 174).

A partir desse momento, o jornalismo econômico teve uma reconfiguração voltada para o lado político. A imprensa, além de fazer a cobertura dos planos econômicos, acabou atuando como importante agente político nesse processo.

Lene (2010) faz outra consideração sobre o jornalismo econômico no governo Collor, quando adquiriu um importante papel na ascensão e queda do presidente. Collor havia sido o único candidato com o apoio quase unânime da grande imprensa brasileira, favorecendo sua candidatura à presidência.

Por outro lado, foi também o único presidente que, em pouco mais de dois anos de governo, perdeu o mandato sob a pressão imposta pelos mesmos veículos de comunicação que haviam contribuído para sua ascensão ao poder. E da mesma maneira, foi o único chefe de governo destituído do cargo por um processo de *impeachment*, conduzido pelo Congresso Nacional (LENE, 2010).

---

um crescimento explosivo da demanda, como acontecera durante os primeiros meses do Plano Cruzado” (SANDRONI, 1999).

<sup>11</sup> O Plano Verão I surgiu no dia 15 de janeiro de 1989, quando a inflação alcançou um índice acumulado de 933,62% em 1988. Esse plano tinha como características: preços congelados, acabava com a Obrigação do Tesouro Nacional (OTN) e com a Unidade de Referência de Preços (URP), a criação do “cruzado novo”, que valia mil cruzados antigos, e a desvalorização do câmbio em 16,3805%. Além disso, a correção monetária foi extinta e os gastos da administração pública ficaram limitados à arrecadação de cada órgão (SANDRONI, 1999).

<sup>12</sup> O mandato do presidente Fernando Collor de Melo durou de 1990 a 1992.

<sup>13</sup> O Plano Brasil Novo – também chamado de Plano Collor – foi instituído no primeiro dia do governo do presidente Fernando Collor de Melo, em 15 de março de 1990. Esse plano fez “mudanças nas áreas monetário-financeira, fiscal, de comércio exterior, câmbio e de controle de preços e salários” (SANDRONI, 1999). O cruzeiro voltou para substituir o cruzado novo, na área financeira houve limite para depósitos. Além disso, as “aplicações em fundos de curto prazo, fundos de renda fixa, depósitos a prazo (CDB/RDB), letras de câmbio e debêntures tiveram como limite 20% do saldo do valor do resgate. O valor remanescente em cruzados novos ficou bloqueado pelo prazo de dezoito meses, numa operação de seqüestro de liquidez, ou seja, de impossibilidade de converter esses valores em cruzeiros”. Na área fiscal, houve tentativas de aumento de arrecadação e novos impostos foram criados. No comércio exterior, o governo adotou o câmbio flutuante e eliminou as licenças para exportação e importação. Segundo Sandroni (1999), “em janeiro de 1991, o governo conseguiu equilibrar as finanças públicas e as reservas externas haviam aumentado para US\$ 8,5 bilhões. Em compensação, o país entrava em ‘recessão profunda’” (1999, p.467).

Lene (2010) propõe outro momento importante para o jornalismo econômico: a implantação do Plano Real<sup>14</sup>. As empresas de comunicação foram grandes contribuintes na construção da credibilidade do Plano Real. Os veículos de comunicação divulgaram amplamente os discursos das fontes oficiais e apoiaram o pacote com textos opinativos. Outra contribuição de peso para a credibilidade do novo plano foi o fato de que a aplicação desse plano iniciava um processo de aumento da capacidade de consumo da população.

O jornalismo econômico reconfigurou sua pauta no final do século XX. Ela acabou sendo ampliada com a estabilização do país. Com isso, alguns temas começaram a aparecer nas abordagens da editoria dessa área: o combate à pobreza, a natureza da desigualdade, os desafios da educação. Lene (2010, p. 177) analisa que, “controlado o dragão inflacionário, com o Plano Real, o jornalismo de economia passou a cobrir as mudanças em tempos de previsibilidade e buscou novos assuntos para a pauta, inclusive os citados temas sociais”.

No dia 2 de maio de 2000, um novo jornal especializado em economia apareceu no mercado. Tratava-se do *Valor Econômico*, fruto de um acordo anunciado, em outubro de 1999, entre a empresa Folha da Manhã – que edita, entre outros títulos, a *Folha de S. Paulo* –, e a Infoglobo Comunicações, que publica o diário *O Globo*.

O investimento dos dois grupos foi de R\$ 50 milhões para o lançamento do *Valor*. O argumento das empresas era que havia espaço para um novo diário dirigido à área econômica. Na época, a revista *Propaganda* noticiou que a decisão de lançar o jornal se fundamentou no fato de que a *Gazeta Mercantil* não apresentava boa situação financeira (CARVALHO apud LENE, 2004, p. 6).

O *Valor* prioriza informações macroeconômicas na primeira página, além de incluir algum assunto sobre negócios ou disputas entre empresas. O jornal trabalha com cinco grandes áreas: macroeconomia e política, legislação e tributos, internacional, finanças, empresas e tecnologia (CALDAS, 2003).

---

<sup>14</sup> O Plano Real começou no dia 1 de julho de 1994 e foi um dos planos com menor nível de alteração na economia. Antes do lançamento desse plano, houve a criação da Unidade Real de Valor (URV) e do cruzeiro real, moeda transitória entre o cruzeiro e o real. O objetivo era “alinhar os preços e contribuir para que a transição provocada pela reforma monetária fosse menos traumática do que em oportunidades anteriores” (SANDRONI, 1999, p. 471). As principais medidas do Plano Real foram: 1) a implantação da moeda “real”; 2) autorizava a emissão de até R\$ 95 bilhões pelo Banco Central; 3) limitava-se a correção monetária; 4) emissão de reais por meio de parcelas de reservas estrangeiras internacionais em moedas estrangeiras. Sandroni analisa que “apesar de as perdas de reservas terem sido substanciais, o real não sofreu desvalorização, permanecendo praticamente a mesma política cambial, embora o custo tenha sido uma brusca e intensa elevação da taxa de juros no último bimestre de 1997 e uma elevação de tributos para o equilíbrio das contas públicas” (SANDRONI, 1999, p. 471).

No segundo semestre de 2002, o *Diário do Comércio e Indústria (DCI)* voltou à cena. Entre as revistas, diversas publicações foram criadas: *Carta Capital*, *América Economia*, *Forbes* e *Istoé Dinheiro*, mas a *Exame* continua sendo a mais importante.

Na segunda-feira 25 de maio de 2009, a *Gazeta* publicou um comunicado em sua primeira página informando que o grupo que comandava o jornal – a Editora JB S.A., de propriedade do empresário Nelson Tanure – havia resolvido rescindir o contrato de arrendamento da marca *Gazeta Mercantil* e devolver o controle ao antigo dono, Luiz Fernando Levy. No mesmo dia, Levy avisou a redação que não se interessava mais pelo negócio.

Os problemas da *Gazeta Mercantil* começaram alguns anos antes, com a concorrência direta ao ver a chegada do *Valor Econômico*. Em novembro de 2001 houve o corte de 400 postos de trabalho, por conta de um processo de reestruturação em seus escritórios regionais. “Uma semana depois, uma nova rodada de demissões ocorreu na sede da empresa, em São Paulo, e atingiu mais 143 funcionários que estavam em estado de greve há um mês por atraso de salários e benefícios” (LENE, 2004, p. 6).

Houve também motivos financeiros, de má gestão e de influência política. Lene explica que

A empresa não tem mais as relações com o poder que tinha na figura do patriarca e político Herbert Victor Levy, que morreu em janeiro de 2002, em pleno processo de agravamento das dificuldades do periódico. (LENE, 2004, p. 7).

Em entrevista, Basile afirma que “publicações com fragilidade financeira têm enorme desvantagem para manter a credibilidade, porque são inexoravelmente arrastadas para fazer compromissos que, se estivessem fortes, jamais aceitariam fazer” (LENE, 2004, p. 11).

A ideia de Basile se baseia no fato de nos mercados nacionais relevantes só haver espaço para um grande jornal de economia e negócios. Nos Estado Unidos é o *The Wall Street Journal*, na Inglaterra há o *Financial Times*, na França é o *Les Echos*, na Itália é o *Il Sole 24 Ore* e na Alemanha é o *Handelsblatt*. No dia 1 de junho de 2009, uma semana após o comunicado na primeira página, a *Gazeta* parou de circular (BASILE, 2002).

No mesmo ano do fechamento da *Gazeta Mercantil*, um novo jornal de economia e negócios foi lançado no país: *Brasil Econômico*. Pertencente ao grupo português Ongoing – dono dos jornais portugueses *Diário Econômico* e *Semanário Econômico* –, o novo jornal surgiu com o objetivo de ocupar o lugar deixado pela *Gazeta* e concorrer diretamente com o *Valor Econômico*.

O diretor de redação do jornal *Brasil Econômico* Ricardo Galuppo<sup>15</sup> afirmou na época da criação do *Brasil Econômico* que se tratava de um modelo diferente. Segundo Galuppo, todos os jornais brasileiros especializados em economia tinham como referência o americano *The Wall Street Journal*. Enquanto isso, o novo jornal se inspira no britânico *Financial Times*.

### 3. JORNALISMO ECONÔMICO NA ARGENTINA

Na Argentina, o primeiro sinal de jornalismo econômico apareceu com o general e criador da bandeira argentina Manuel Belgrano. O interesse desse militar pela economia foi o motivo para que ele traduzisse do francês para o espanhol, em 1796, um tratado de princípios de economia e política, escrito originalmente por Du Pont de Nemours (STERNSCHEIN, 2009). Nesse período, Belgrano era primeiro-secretário do Consulado de Comércio. Esse tratado foi a primeira obra de teoria econômica publicada na Argentina. Manuel Belgrano também trabalhou como redator no primeiro jornal de Buenos Aires, o *Telégrafo Mercantil, Rural, Político, Económico e Historiográfico de Río de la Plata*, criado em 1801 pelo advogado espanhol Antonio Cabello y Mesa e fechado no ano seguinte. (ZINNY, 2011).

Em 1810, Belgrano criou o jornal semanal *Correo de Comercio de Buenos Aires*. O objetivo era “popularizar os sãos princípios da economia política”. Apesar de ter uma veia política como os outros jornais do início do século XIX na Argentina, o *Correo* também informava sobre a entrada e saída de navios no porto, as mercadorias, a atividade agropecuária, as ciências, as artes, a história, a filosofia e a geografia.

#### 3.1. La Nación

O jornal *La Nación* é o segundo mais vendido em toda a Argentina, ficando atrás do jornal *Clarín*. De acordo com o Instituto Verificador de Circulações (IVC), a venda do *La Nación* de segunda-feira a domingo entre fevereiro e abril de 2011 foi, na média, de 160.313 exemplares diários. O *Clarín*, em primeiro lugar, tem a média de 291.585 exemplares vendidos por dia. Entre os dois jornais de informação geral a autora escolheu o *La Nación* para a análise deste trabalho, pois se verifica um posicionamento mais equilibrado do *La Nación* do que o *Clarín*, que possui uma briga com o governo da presidente Cristina Kirchner.

---

<sup>15</sup> Depoimento de Ricardo Galuppo para o artigo “Novo jornal de economia será brasileiro e vai se inspirar no FT”, de Ricardo Magalhães para o Observatório de Imprensa. Fonte: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=550IMQ006> (acesso 17 mar. 11)

Análise do portal Diario Sobre Diarios afirma que o auge da briga ocorreu em 2008, durante os 129 dias de discussão sobre a Resolução 125, que subia os impostos sobre a exportação agrícola.

No Observatório da Imprensa, Nunes (2009) mostra uma faceta da briga:

As críticas do *Clarín* ao governo de Cristina Kirchner são constantes, e a presidente já chegou a afirmar que o jornal precisa ser “disciplinado”. Cristina também culpa a cobertura negativa do diário pelo seu índice de aprovação de 20% (NUNES, 2009).

Dada a assumida oposição do *Clarín* ao governo, a autora considerou que a análise seria mais enriquecedora ao considerar um dos jornais mais vendidos, mas com uma linha editorial mais equilibrada.

O jornal *La Nación* nasceu no dia 4 de abril de 1870. O jornal foi fundado pelo ex-presidente Bartolomé Mitre<sup>16</sup>, que ocupava o cargo de senador no ano da abertura do jornal e foi seu primeiro diretor até a revolução de 1874, retornando ao posto em 1875.

O jornal foi fechado pelo governo cinco vezes, sendo a primeira em 1874 e a última em 1901. O primeiro fechamento foi justificado pelo governo, pois o fundador Mitre encabeçava a revolução nacional de 1874. O fechamento do *La Nación* foi simultâneo ao fechamento espontâneo do jornal *La Prensa*, decidido pelo seu fundador e diretor José Carlos Paz.

Paz manifestou que a revolução o obrigava a “trocar la pluma por la espada”<sup>17</sup> e acabou se alistando ao exército revolucionário, que lutava para a volta do Partido Liberal ao poder e sua imposição nacional. O primeiro fechamento do *La Nación* durou cinco meses e o jornal voltou a circular em março de 1875.

Bartolomé Mitre foi sucedido na direção do jornal pelo seu filho Bartolomé Mitre y Vedia em 1882. O outro filho do fundador, o engenheiro Emilio Mitre, assumiu o posto onze anos depois e criou a *Sociedad Anónima La Nación*. Essa sociedade ainda é a proprietária do jornal (PAZ, 2004).

Entre 1909 e 1912, os netos Luis Mitre e Jorge Mitre foram co-diretores. Após 20 anos, Luis Mitre acumulou os cargos de diretor do jornal e diretor jornalístico, sendo esse último ocupado anteriormente por Jorge Mitre. Com a sua morte, o bisneto do fundador – também chamado Bartolomé Mitre – conduziu o *La Nación* até 1982. Foi nessa gestão que o jornal adotou computadores para a redação e criou sua versão eletrônica. A partir desse ano, o

<sup>16</sup> Bartolomé Mitre governou a Argentina entre 1862 e 1868.

<sup>17</sup> Tradução livre: trocar a pluma (caneta) pela espada.

tataraneto Bartolomé Mitre passou a dirigir o jornal e Julio Salguier, outro tataraneto, assumiu a presidência da sociedade proprietária.

A doutora em Letras pela Universidad de Buenos Aires María Alejandra Vitale (2009) afirma que o *La Nación* apoiou todos os seis golpes militares da Argentina entre 1930 e 1976. A descoberta aconteceu por meio da análise do discurso de matérias e de artigos de editoriais do jornal.

Para apoiar as forças armadas ante o golpe de Estado de 1976<sup>18</sup>, os diários e revistas mudaram o foco da culpa e o tiraram do exército. A responsabilidade do golpe militar acabou caindo no próprio governo peronista. Para isso, alguns jornais – incluindo o *La Nación* – apresentaram a derrota de Isabel Perón como um fato inevitável e absolveram as forças armadas como agentes da ação.

Vitale explica o porquê do efeito de homogeneidade nos discursos golpistas:

Tratava-se de um contexto sócio-histórico no qual a violência política e os conflitos sociais tinham se agravado a respeito das conjunturas prévias a outros golpes militares e, neste tipo de contexto, nos diz McGee Deutsch (1993), não só as diferenças entre os diversos setores das direitas tendem a se dissipar, mas também que a direita conservadora costuma assumir ou garantir as mesmas posições violentas que a extrema direita nacionalista. Esta aliança ideológica das direitas foi o que se expressou e se reproduziu nos discursos da imprensa escrita que justificaram o início da última ditadura militar da Argentina (VITALE, 2009, p. 14)<sup>19</sup>.

Após o fim da última ditadura na Argentina e o retorno da democracia em 1983, os direitos humanos ganharam mais espaço na agenda pública do país com a criação da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep). Com isso, o *La Nación* passou a defender uma nova posição a favor dos direitos humanos e da liberdade de imprensa. No aniversário de 140 anos do jornal, em abril de 2010, o presidente da *Sociedad Anónima La Nación* Julio Salguier reforçou esses valores em um discurso publicado no editorial do jornal.

---

<sup>18</sup> No dia 24 de março de 1976, uma junta de três comandantes – formada pelo general Jorge Rafael Videla, almirante Emilio Eduardo Massera e brigadeiro Orlando Ramón Agosti – tomou o poder para instalar o chamado “Processo de Reorganização Nacional”, que durou até 1983. Antes do Processo, governava a presidente Isabelita Perón, que assumiu o cargo após a morte de seu esposo Juan Domingos Perón. Durante o Processo, houve uma “operação integral de repressão” (ROMERO, 2010, p. 207). A Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep) investigou nove mil casos, mas fizeram a observação que poderiam ser muitos mais casos. As organizações de direitos humanos, por outro lado, afirmavam que o número era maior: mais de 30 mil desaparecidos entre 15 e 35 anos.

<sup>19</sup> Tradução da autora.

### 3.2. El Cronista Comercial

O jornal *El Cronista Comercial* é um dos três jornais especializados em cobertura econômica na Argentina. Os outros são: *Ámbito Financiero* e *Buenos Aires Económico*. A escolha do *El Cronista Comercial* para este trabalho foi pelo fato de ser o único entre os três que apresenta informação sobre a quantidade de exemplares vendidos, além da trajetória histórica do jornal. Em 1892, foi criada a Institución Informativa La Comercial, uma das principais empresas de serviços de informação para bancos e empresas. Em 1908, Antonio Martín Giménez, proprietário da La Comercial, fundou o jornal *El Cronista Comercial*, sendo o primeiro meio de comunicação de negócios no país. Nos primeiros oitenta anos, o *Cronista* se parecia mais com um boletim econômico (LANZAFAME, 2008).

Composto por apenas quatro páginas, seu objetivo era servir como uma via de difusão dos informativos elaborados pela empresa de Giménez – a La Comercial –, embora fosse um elo entre os diferentes atores da atividade comercial e empresária da Argentina. Além disso, o jornal se propunha a retratar o cotidiano e o pensamento das pessoas que eram a “força viva do país”, segundo seus editores (LANZAFAME, 2008). Nessa época, o *Cronista* só era vendido a assinantes.

Rafael Severino Perrotta virou sócio comercial do jornal em 1907 e ajudou Giménez a dirigi-lo, já que o fundador estava doente. Com a morte de Giménez em 1919, Perrotta assumiu a direção. Perrotta levou o *Cronista* a ocupar a posição do meio de informação de negócios de maior excelência da Argentina, obtendo um aumento no número de assinantes. A crise de 1929 e o golpe de 1930<sup>20</sup> foram temas que estiveram na pauta do diário.

Segundo Lanzafame (2008), em 1938 Perrotta morreu e o subeditor Carlos Malarriaga foi o novo diretor por nove anos. Com a chegada de Perón ao poder, em 1946, o *Cronista* passou por mudanças. Malarriaga renunciou a seu cargo e o filho de Perrotta, Rafael Andrés Perrotta, virou o novo diretor. A primeira mudança foi a divisão da *Institución Informativa Perrotta Anzisi y Compañía SRL* e da antiga *La Comercial*, que daria lugar à empresa *El Cronista Comercial SRL*, que a partir desse momento começou a editar o jornal.

O *Cronista* foi relançado e, além da informação econômica, agregou as editoriais de política e sociedade em seu conteúdo. Os sucessivos golpes militares e governos democráticos frágeis debilitaram a empresa de informação econômica – *Institución Informativa* – e deixaram o jornal em uma situação econômica difícil (LANZAFAME, 2008).

<sup>20</sup> O golpe de 1930 foi comandado pelo general José Felix Uriburu, que tirou o poder do presidente Hipólito Yrigoyen, eleito democraticamente. Esse foi o primeiro dos seis golpes militares da Argentina no século XX. O período de 1930 até 1943 ficou conhecido como Década Infame, pois foi uma época marcada por corrupção, fraude e perseguição política (ROMERO, 2010).

Com a chegada do novo sócio Enrique Cánepa, o *Cronista* comprou o *El Avisador Mercantil*, um meio concorrente especializado em falências. Em 1971, o jornal deixou de ser vendido só para assinantes e se abriu ao público, nos quiosques de jornais por alguns meses. A experiência não deu certo e o jornal voltou a ser comprado somente por assinantes. Nessa época, conteúdos de esporte, espetáculos e notícias de interesse geral já haviam sido somados à publicação.

O país entrou em crise no final de 1974 com a morte de Perón e os problemas econômicos também atingiram o *Cronista*. Sem publicidade, com dívidas, inflação descontrolada e mais de 400 funcionários, o jornal se tornou economicamente inviável.

De acordo com Lanzafame (2008), em 1975 os Perrotta entraram em contato com o grupo Sasetru, uma empresa de agroalimentação que havia comprado a *Revista Mercado*, e lhe venderam o jornal junto com o edifício-sede, na rua Alsina, em pleno centro portenho. Novos diretores assumiram a revista em agosto de 1976, como Julián Delgado, Raúl Sarmiento, Mario Sekiguchi e Alberto Borrini. Delgado desapareceu em meio à ditadura, em junho de 1978 (LANZAFAME, 2008).

O golpe militar de 1976 marcou o *Cronista*, que se considerava “um jornal de esquerda com os agentes da Bolsa como público” (LANZAFAME, 2008). Lanzafame explica que essa posição teve um desfecho trágico.

A ditadura militar, que usurpou o poder em 1976, fez desaparecer um importante número de jornalistas que escreviam ou haviam escrito no *El Cronista Comercial*. Eles foram: Claudio César Adur, María Bododian, Miguel Ángel Ramón Bustos, Luis Rodolfo Guagnini, Diana Griselda Guerrero, Héctor Gutiérrez Ruiz, Enrique Raab e Eduardo Suarez, além do delegado sindicalista Héctor Ernesto Demarchi e dois diretores: Julián Delgado e o filho de um dos fundadores do jornal, Rafael Andrés Perrotta. O desaparecimento desse último aconteceu em abril de 1977 (LANZAFAME, 2008).

Eduardo Eurnekian, empresário de família armênia, estava interessado em construir várias empresas de comunicação na Argentina. Ele já era dono da operadora de televisão a cabo *Cablevisión* e, junto a seu sócio Luis Melkin, comprou o Canal Dos, as rádios *América* e *FM Aspen 102*, além de fundar a produtora de sinais para televisão a cabo *Pramer* (LANZAFAME, 2008).

Para seguir com seus planos, Eurnekian comprou o *Cronista* em 1986. Segundo Lanzafame (2008), a ideia de Eurnekian era entrar no segmento dos jornais generalistas, mas sem perder o perfil econômico. Raúl Burzaco foi o novo diretor. Em 1987, o jornal voltou a ser vendido

nas bancas de jornal e revistas. E em 1989, deixou de ser chamado *El Cronista Comercial* para ser somente *El Cronista*.

Além disso, o suplemento de finanças começou a ser impresso em páginas salmão, que se estendeu a todo o jornal. Mais de dez suplementos foram criados e em 1994 o jornal foi pioneiro ao colocar computadores na redação, também sendo o primeiro a ter uma página web com a versão online do jornal (LANZAFAME, 2008).

Depois de quatro sucessões de diretores em quatro anos, Néstor Scirbona foi designado para dirigir o diário para manter o foco em economia e negócios. A crise de 2000<sup>21</sup> trouxe o grupo espanhol Recoletos para comando do *Cronista*, lançando as revistas *Apertura*, *Target* e *Information Technology*. Em 2006 começaram a surgir suplementos que existem até hoje, como *Management*, *IT Business* e as revistas *Clase Ejecutiva* e *RPM*. Além disso, apareceram também nessa época o *Anuario* e o guia empresarial *Quién es Quién* (LANZAFAME, 2008).

No mesmo ano, o político e empresário colombiano naturalizado argentino Francisco De Narváez comprou o jornal, que voltou a ter o nome original, *El Cronista Comercial*. Atualmente, Fernando Gonzalez é o diretor do *Cronista*.

### **3.3. Desafios na cobertura do jornalismo econômico argentino**

A cobertura do jornalismo econômico argentino sofreu mudanças com a manipulação da inflação. Antes de entender as mudanças e os desafios que o jornalista enfrenta no seu trabalho, é necessário recorrer e estudar a história argentina nos últimos 20 anos.

#### **3.3.1. De antes da crise até a eleição de Néstor Kirchner**

Em abril de 1991, durante o governo do presidente Carlos Menem, o ministro de Economia Domingo Cavallo lançou um plano para combater a inflação, o Plano Cavallo ou Plano de Conversibilidade, que tinha como principais elementos a dolarização da economia e a livre conversibilidade do peso em dólar (SANDRONI, 1999). De acordo com Caballero (2007), o plano teve rápido sucesso: a inflação caiu de 1344%, em 1990, para menos de 2%, em 1995.

A partir de 1995, o crescimento da economia argentina começou a se retrair, assim como os investimentos estrangeiros no país. Caballero (2007) afirma que a crise mexicana de 1994 foi

---

<sup>21</sup> Os últimos três meses de 1998 marcaram o início de uma grande e profunda recessão na Argentina, que culminou na crise de 2000 e 2001. Caballero (2007) considera que o primeiro disparador da crise de 2000 tenha sido as sucessivas crises internacionais, como a mexicana, em 1994, e a asiática, em 1997. O início da recessão na Argentina representou a queda do PIB de 4,1% entre 1998 e 2000. O desemprego passou de 13,2% para 15,4% no mesmo período. Outros fatores que Caballero leva em conta para a eclosão da crise argentina são: o aumento do déficit fiscal, o financiamento da dívida pública em dólares, os sucessivos planos de ajuste e o aumento da brecha de desigualdade social (CABALLERO, 2007).

o pontapé inicial para a desestabilização da economia argentina. Apesar disso, a autora defende que o empréstimo dado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) de 8 bilhões de dólares foi essencial para que o Plano Cavallo não falisse. Mantendo a economia no “piloto automático” (CABALLERO, 2007, p. 79), Menem conseguiu ser reeleito em 1995.

Para garantir o fundo de reserva em dólar depois da crise mexicana e aumentar a arrecadação, o governo argentino decidiu subir o Imposto ao Valor Agregado (IVA) e começar uma série de privatizações de petroleiras, serviços de telefone e gás. O endividamento público piorou e subiu mais de 130% entre 1993 e 1998. Em 1999, Fernando De la Rúa foi eleito presidente da Argentina.

Caballero (2007) classifica os anos de 1998 a 2000 como uma época que dava “sinais de alarme”. Um dos sinais que mais chamava a atenção era o endividamento do setor público. Para cobrir os gastos, o país continuou pedindo financiamento no exterior e o resultado disso foi a acumulação da dívida pública. Outro sinal ocorreu entre 1997 e 2000, quando a dívida aumentou um terço e passou a valer 45% do PIB. Ainda nesse momento, o mercado de capitais da Argentina diminuiu e o FMI restringiu a tomada de novos empréstimos.

No início do ano 2000, o desemprego se mostrava crescente, passando dos 20% nos centros urbanos. A desigualdade social também aumentou: em 1990, os 10% mais ricos ganhavam 15 vezes mais que os 10% mais pobres; em 2000, os 10% mais ricos passaram a ganhar 26 vezes mais que os 10% mais pobres. Em maio de 2000, quase um terço da população metropolitana de Buenos Aires vivia abaixo da linha da pobreza. Em outras regiões mais afastadas, o cenário era pior: o índice chegava a 50% (CABALLERO, 2007).

O governo de De la Rúa criou alguns programas sociais para diminuir o problema da pobreza no país. “Tanto a ampliação dos programas vigentes como a criação de novos apresentava desafios fiscais consideráveis. Não se pode organizar em um trimestre aquilo que não se soube organizar durante as décadas anteriores” (CABALLERO, 2007, p. 100).

Devido ao endividamento do país, De la Rúa aprovou uma medida chamada *megacanje*. Essa medida consistia em postergar os vencimentos da dívida pública entre 2002 e 2005, passando o pagamento para depois de 2005. A crise explodiu em dezembro de 2001, quando o governo impôs outra medida, o *corralito*. Tratava-se de restringir o saque de dinheiro para evitar a fuga de capitais para o exterior. Dessa forma, ficava proibido realizar saques superiores a 250 dólares ou 250 pesos por semana. Além disso, as transferências para o exterior que não estivessem relacionadas com o comércio exterior também estavam proibidas (CABALLERO, 2007).

A população se revoltou e houve protestos, embora o presidente tivesse decretado estado de sítio. No dia 20 de dezembro de 2001, De la Rúa renunciou ao cargo de presidente por meio de uma mensagem ao povo argentino em cadeia nacional. O presidente do Senado Ramón Puerta assumiu o cargo para poder convocar a eleição de um novo presidente. Rodríguez Saá virou presidente, mas ficou no cargo por uma semana – ele justificou sua saída pela falta de apoio. O presidente da Câmara de Deputados Eduardo Camaño ficou com o posto de presidente com a finalidade de convocar uma nova eleição pela Assembleia Legislativa. No dia 2 de janeiro de 2002, Eduardo Duhalde assumiu a presidência e acabou com a Lei da Conversibilidad. Duhalde completou o período do mandato de De la Rúa, que terminava em 2003 (KANENGUISER, 2011).

Na eleição de 2003, Néstor Kirchner e Carlos Menem – ambos do Partido Justicialista (PJ) – se candidataram, assim como candidatos de outros partidos e movimentos sociais. Kirchner, com 22,24% dos votos, e Menem, com 24,45% dos votos, foram os dois primeiros colocados e passaram para o segundo turno. Carlos Menem desistiu da candidatura e Néstor Kirchner foi eleito presidente com apenas 22,24% do total de votos válidos (KANENGUISER, 2011).

### **3.3.2. O kirchnerismo e a manipulação**

O presidente Néstor Kirchner terminou 2003, seu primeiro ano de governo, com os números a seu favor. Kirchner tinha 77% de imagem positiva, conseguiu abaixar a inflação para 13,4% – o ano anterior registrou mais de 25% –, o PIB cresceu 8,8% e o desemprego era de 16,1% da população.

Segundo Kanenguiser (2011), os analistas políticos afirmam que os dois primeiros anos do governo de Néstor Kirchner foram os melhores da gestão desse presidente nas áreas política, econômica e social.

Em 2006, de acordo com Bullrich; Jueguen (2010) o plano do governo kirchnerista era melhorar os números, já que alguns itens começaram a apresentar um aumento preço, como roupas e turismo. Embora o presidente ainda contasse com a aprovação da população, a sua imagem positiva havia caído de 77% para 35%. A partir de 2006, a inflação atingiu níveis de dois dígitos anuais (BRAUN; LLACH, 2010). A maneira de melhorar sua aprovação e garantir um mandato para sua esposa, Cristina Kirchner, era conseguir cifras de um ótimo desempenho econômico.

Mesmo com os acordos com algumas indústrias para reduzir os preços, o Índice de Preços ao Consumidor continuava subindo e a inflação<sup>22</sup> também. Guillermo Moreno era secretário de Comércio Interior e recebeu a tarefa de abaixar esse índice. Para atingir seu objetivo, Moreno pressionou as pessoas responsáveis pela área de Preços do Instituto Nacional de Estatísticas e Censos da República Argentina (Indec)<sup>23</sup> para que lhe fornecessem a lista de estabelecimentos e de produtos utilizados para o cálculo do IPC, mas não foi atendido de pronto. A demora dos técnicos do Indec em dar essa lista se justificava pelo fato de ser um documento considerado secreto, o que acabava ferindo o segredo estadístico<sup>24</sup> (BULLRICH; JUEGUEN, 2010).

Na Argentina, o IPC é calculado pelo Indec e ajuda a atualizar os preços e valores dos alugueis, da aposentadoria, dos salários, dos ofícios judiciais. O IPC também serve para calcular a Cesta Básica Total (CBT), pela qual se calcula a pobreza, e a Cesta Básica Alimentar (CBA), pela qual é possível fazer a estimativa da indigência no país (BULLRICH; JUEGUEN, 2010).

No país, o cálculo do índice de preços leva em consideração os preços da Grande Buenos Aires<sup>25</sup>, por isso é chamado de IPC-GBA. Cada estado calcula o seu índice a sua maneira e ele não é incluído no IPC-GBA. Em 2005 houve a tentativa de criar um índice nacional que também abrangesse os índices de todos os estados, mas em 2008 o governo argentino suspendeu a publicação desse índice novo.

A pressão de Guillermo Moreno sobre os funcionários do Indec continuou e a sua intervenção no instituto teve como data oficial o dia 29 de janeiro de 2007. Nesse dia, a então diretora da área de Preços do Indec, Graciela Bevacqua, foi demitida, e Beatriz Paglieri, mão direita do secretário, assumiu o cargo que Bevacqua ocupava. A partir daí, os funcionários que não estavam de acordo com a política de intervenção do secretário de Comércio Interior, Guillermo Moreno, saíram do Indec ou foram substituídos (BULLRICH; JUEGUEN, 2010).

---

<sup>22</sup> A inflação é definida como “um aumento sustentado e generalizado nos preços dos bens” (BRAUN; LLACH, 2010). No Brasil, há vários índices de inflação, sendo os mais conhecidos: o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE é usado pelo Banco Central para medir a meta de inflação. O Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) da FGV é o mais usado pelo mercado financeiro.

<sup>23</sup> O Instituto Nacional de Estatísticas e Censos da República Argentina (Indec) foi criado em 1968 por meio da Lei 17.622. Segundo a página do Indec, ele é um “organismo público, de caráter técnico, que unifica a orientação e exerce a direção superior de todas as atividades estatísticas oficiais que se realizam no território da República Argentina” (tradução da autora).

<sup>24</sup> O segredo estatístico obriga os serviços estatísticos a não difundir em nenhum caso os dados pessoais de fontes administrativas.

<sup>25</sup> A Grande Buenos Aires (GBA) é composta pela Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA) e o entorno que se desenvolveu na província de Buenos Aires. De acordo com o Indec, a Grande Buenos Aires é formada por 24 municípios que rodeiam a Cidade de Buenos Aires. O resultado provisório do censo de 2010 mostrou que a GBA tem 12,7 milhões de habitantes.

Para Bullrich e Jueguen (2010), o Indec era um organismo único antes da intervenção. Esses dois autores consideram que a intervenção foi uma forma de destruí-lo.

Seu objetivo primordial [do Indec]<sup>26</sup> era explicar racionalmente a realidade. Durante seus anos de existência foi o organismo técnico exclusivo a cargo de desenvolver formular matemáticas e estatísticas que serviriam para reconstruí-la de forma verossímil. A verdade existe, mas é inalcançável. O instituto técnico era a melhor ferramenta que tinham os argentinos para aproximar-se, da maneira mais certa possível, a ela<sup>27</sup> (BULLRICH; JUEGUEN, 2010).

A matéria *O controle da inflação em cena*, da edição de 8 de abril de 2007 do jornal *La Nación*, analisa o primeiro ano de gestão de Guillermo Moreno como secretário de Comércio Interior:

Além de negociar sem concessões com os empresários, durante seus doze meses de gestão, Moreno não se privou de usar praticamente todas as ferramentas da heterodoxia econômica para conter a inflação, desde o aumento das retenções até a outorga de subsídios à produção, passando pela criação de novos registros de exportadores ou ameaçando reabilitar a já revogada lei de abastecimento. No entanto, sua medida mais polêmica, a intervenção do Indec, só se concretizou nos primeiros dias deste ano, quando os acordos de preços começaram a dar sinais de estilhaçamento<sup>28</sup>.

De acordo com Kanenguiser (2011), o kirchnerismo é marcado por contradições, sendo o caso da manipulação de preços uma delas. A justificativa da manipulação baseia-se em uma conduta responsável: o pagamento da dívida pública. Seria necessário manipular o índice de preços para enganar os credores da dívida, a qual tinha os bônus atados ao índice de inflação. Logo, quanto maior a inflação, maior seria o pagamento. Além dos credores, os aposentados também saíram prejudicados com a manipulação porque os seus títulos eram ajustados de acordo com a inflação.

“O ingênuo argumento oficial era que o país pouparia dinheiro com essa manobra (a priori, pode-se contabilizar uns 23 bilhões de dólares economizados pelo país no estoque da dívida no final de 2010)<sup>29</sup>” (KANENGUISER, 2011, p.242).

<sup>26</sup> Acréscimo de expressão pela autora.

<sup>27</sup> Tradução da autora.

<sup>28</sup> Tradução da autora.

<sup>29</sup> Tradução da autora.

Fernández (2008) explica que a perda da representatividade do IPC e a ruptura da comparação com a sua série histórica se somam ao fato de que esse índice intervém como insumo para o cálculo de outros indicadores importantes – afetados diretamente pela manipulação.

Leiras (2009) avalia que até o fim de 2007 o governo argentino se mostrou resistente a estabilizar a economia e as contas públicas moderando o ritmo de crescimento, o consumo interno e o gasto público. Preferiu, em troca, alterar o cálculo da inflação e reduzir unilateralmente as obrigações financeiras de curto prazo.

“Essas opções de política e sua questionável eficácia ajudam a entender que as pesquisas que relevam a confiança de consumidores e empresários tenham atingido valores decrescentes ainda quando a economia seguia se expandindo” (LEIRAS, 2009, p. 5).

No dia 10 de dezembro de 2010, o jornal *El Cronista Comercial* publicou uma matéria falando sobre as conseqüências da manipulação, intitulada *Os bancos deixaram de ganhar este ano 2,2 bilhões de pesos pela manipulação do Indec*. O termo manipulação aparece no título e já na primeira frase do texto:

A manipulação da inflação nos anos K terminou provocando um forte recorte nos ingressos dos bancos. E castigou inclusive com mais dureza aos do setor público. Durante os primeiros nove meses deste ano, as entidades do sistema deixaram de obter uns 2,2 bilhões por ter os ativos na carteira que se ajustam pelo índice de preços ao consumidor (IPC)

Em março de 2011, a Direção Nacional de Comércio Interior impôs multas de 500 mil pesos a empresas consultorias por infração à Lei de Lealdade Comercial, pois os dados das consultorias sobre a inflação eram diferentes dos que o governo apresentava. No dia 16 de março, a empresa de consultoria Economía & Regiones deixou de publicar seu dado oficial de inflação, apesar de continuar enviando a seus clientes privados. Trata-se da primeira consultora oficialmente a deixar de publicar os dados.

No dia anterior, 15 de março, a ex-diretora de Índice de Preços ao Consumidor do Indec Graciela Bevacqua recebeu a multa de 500 mil pesos. Mesmo assim, ela continuou denunciando o que acontecia dentro do instituto, conforme matéria do *La Nación* do dia 16 de março de 2011.

O preço pago pela manipulação foi mais alto do que o casal Néstor e Cristina Kirchner esperava. A consequência foi o fechamento do acesso aos mercados voluntários e uma taxa de juros mais alta do que antes. Kanenguiser (2011) aponta que, antes do início da manipulação, em janeiro de 2007, o risco-país da Argentina era 170 pontos menor que o risco-país do

Brasil. Depois, a Argentina começou a pagar taxas cada vez maiores que o Brasil e não foi possível reduzir essa brecha na percepção de risco dos investidores – a Argentina acabou pagando mais.

#### 4. O ENFRENTAMENTO DA MANIPULAÇÃO

Para descobrir como os jornalistas do *La Nación* e do *Cronista Comercial* trabalham com a cobertura da manipulação da inflação, foram feitas entrevistas compostas por sete perguntas. As perguntas eram sobre a época da descoberta da manipulação, as fontes, as principais dificuldades, os momentos de tensão, a criação de um índice alternativo, fatos curiosos da cobertura e sinais de mudança.

Os jornalistas do *La Nación* ouvidos foram Luján Scarpinelli, Francisco Jueguen e Oliver Galak. Luján Scarpinelli é formada em Comunicação Social pela Universidad Nacional de La Plata e em 2007 fez o Master em Jornalismo da Universidad Torcuato Di Tella. Francisco Jueguen é formado em Comunicação Social pela Universidad de Buenos Aires, cursou o Master em Jornalismo da Universidad Torcuato Di Tella e atualmente é estudante de História na Universidad de Buenos Aires. Oliver Galak se formou em Comunicação Social pela Universidad Nacional de Rosario em 2001, estudou o Master em Jornalismo da Universidad Torcuato Di Tella em 2003 e se especializou em Formação Financeira e Economia pela Universidad Austral em 2007.

No *Cronista Comercial*, os jornalistas entrevistados foram Esteban Rafele, José Del Rio e Juan Cerruti. Esteban Rafele tem formação em Comunicação Social pela Universidad de Buenos Aires e o Master em Jornalismo da Universidad Torcuato Di Tella. Ele também é âncora do programa *Antes que sea Tarde*, na rádio FM Identidad. José Del Rio se formou em Administração de Empresas na Universidad de Buenos Aires e cursou a Pós-graduação em Jornalismo da Pontificia Universidad Católica de Buenos Aires e há 16 anos trabalha com jornalismo econômico. Atualmente Del Rio é diretor jornalístico do *Cronista Comercial* e colunista de economia do programa *No Somos Nadie* da rádio FM Rock and Pop. Juan Cerruti é formado em Economia pela Universidad de Buenos Aires e é mestre em Economia pela Universidad de San Andrés. Além de trabalhar no *Cronista Comercial*, Cerruti dá aulas de Macroeconomia na Universidad de Buenos Aires e na Universidad Del Salvador.

#### 4.1. A descoberta

A primeira pergunta para todos os entrevistados foi: “Como e qual foi o momento que você descobriu que havia manipulação nos números de inflação do Indec?”

Todos responderam a pergunta. Dois jornalistas falaram sobre a história da Argentina nos últimos dez anos para explicar como o tema da manipulação da inflação chegou às capas dos jornais.

Eles destacam a saída da Argentina da crise de 2001 e os baixos índices de inflação após a recuperação do país, contrastando com a situação no final de 2006 e o início de 2007 quando a Argentina volta a apresentar um aumento de inflação.

Esses dois jornalistas também mencionam a chegada de Néstor Kirchner à presidência da Argentina, em 2003, e a importância em manter bons índices para o seu capital político, pois Néstor Kirchner foi eleito com 22% dos votos.

Os outros quatro jornalistas abordam a descoberta a partir do início de 2007. Dois deles começaram a trabalhar com jornalismo econômico em meados de 2007. Em todas as entrevistas, quando os jornalistas de ambos os jornais, *Cronista* e *La Nación*, se referiam à descoberta da manipulação da inflação na Argentina, situaram o acontecimento no ano de 2007.

Três jornalistas são mais específicos sobre a data: o dia 29 de janeiro de 2007, quando ocorreu a demissão de Graciela Bevacqua, diretora de Preços do Indec, a demissão da chefe de Bevacqua, Clyde Trabuche, e a entrada da nova pessoa que ocupou o lugar de Bevacqua no final de janeiro de 2007, que foi Beatriz Paglieri.

A descoberta envolveu muita pressão dentro do instituto. Cinco jornalistas citaram algum tipo de pressão que os trabalhadores sofreram e a intervenção realizada pela Secretaria de Comércio Interior ou pelo secretário Guillermo Moreno.

Os empregados do instituto que não estavam de acordo com o que estava sendo feito dentro do Indec foram os primeiros a alertar os jornalistas, assim como os sindicatos.

Os jornalistas apontaram o secretário de Comércio Interior, Guillermo Moreno, uma das principais influências para a mudança dentro de várias áreas do instituto. A demissão e as licenças de funcionários, de diretores e de pessoas especializadas em colocar os dados corretos no sistema que calculava o índice de preços levantaram muitas suspeitas. No lugar dos especialistas entraram os chamados *batata entries* – pessoas sem formação que carregavam os dados manipulados no sistema.

Outra manobra de manipulação de Guillermo Moreno que acentuou a descoberta pelos jornalistas foi a tentativa de driblar e conseguir quebrar o segredo estatístico, o qual garantia o sigilo da lista de comércios e produtos pesquisados pelo Indec.

Três jornalistas falaram sobre o tema do segredo estatístico durante a resposta sobre descoberta. Moreno pressionava os funcionários do Indec para que lhe entregassem a planilha com a lista de comércios e violasse o segredo. Os dados do segredo estatístico, segundo os jornalistas, são utilizados pelos entrevistadores do Indec. Eles passam pelos estabelecimentos consultados e os obrigam a dar o preço estipulado pelo governo.

No começo havia ainda outro tipo de manipulação. Cada produto que subia o preço tinha um teto de 15% e não podia variar mais que esse teto. Se o produto subisse mais que o teto, ele ficava com um aumento de 15%.

Os números sobre inflação foram outro sinal de alerta para os jornalistas no momento da descoberta. De acordo com o Indec, a inflação de dezembro de 2006 foi de 1% e a de janeiro de 2007 foi de 1,1%. No entanto, os jornalistas e as consultorias esperavam que o índice dobrasse de valor.

Dos seis jornalistas entrevistados, quatro incluíram em sua resposta os números de inflação do início da descoberta. Todos os jornalistas se surpreenderam quando souberam do índice publicado pelo Indec relativo a janeiro de 2007. A expectativa era de um índice muito mais alto.

De acordo com os jornalistas, outra justificativa para alterar a inflação no país estava ligada ao pagamento dos bônus da dívida. Os credores internacionais recebiam o pagamento de acordo com o aumento ou a diminuição da inflação.

Por conta desse pagamento, é praticamente impossível que o governo Kirchner assuma que manipula o índice, pois essa situação geraria inúmeros processos por parte dos credores, os quais foram enganados.

A atitude era bem vista pela esquerda argentina, que estava contra o Fundo Monetário Internacional (FMI) e contra os credores. Os jornalistas explicam que era uma espécie de semi-calote, já que era uma maneira de enganar os credores.

Os acordos salariais também denunciam a manipulação da inflação. Na hora de negociar esses acordos, os sindicalistas não usam o índice de inflação do Indec, normalmente utilizavam outro. A justificativa dada pelo governo na hora de assinar e aceitar essas condições é que se trata de uma recomposição dos salários. Ainda assim, há muita gente que diz que é uma atualização dos salários.

## 4.2. As fontes

A segunda pergunta da entrevista foi: “Quais são as fontes consultadas para se aproximar à inflação verdadeira?”

Todos os jornalistas responderam essa pergunta. Todos os entrevistados dos dois jornais, *Cronista Comercial* e *La Nación*, foram unânimes em duas fontes que sempre são utilizadas: os economistas e as consultorias privadas. Para escolher a fonte de consultora econômica, os jornalistas consideram alguns critérios como trajetória, história, nome e economistas que sejam reconhecidos e com nome de peso.

Além das principais consultorias econômicas, os jornalistas consultam organismos como a Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (CEPAL), o Fórum Econômico Mundial e alguns dados do Indec. Um jornalista explicou que embora o Indec diga que as consultorias econômicas sejam pouco sérias, ele prefere considerá-las uma referência.

Os explicam que nenhum dos organismos tem o alcance que o Indec tem. O alcance acaba sendo uma das maiores dificuldades, já que algumas consultorias consultam o preço de dois ou três comércios.

Ao escrever uma matéria sobre inflação, os jornalistas geralmente falam com três consultorias diferentes e cada uma delas diz um índice distinto. Antes as consultorias não tinham um índice de inflação próprio e esse trabalho começou a ser feito depois que houve a intervenção no Indec. As consultorias precisavam desses dados primários para fazer suas próprias medições.

Antes de colocar qualquer declaração das novas fontes, o jornalista precisa ter o respaldo da pessoa que estava falando sobre o assunto. Além das consultorias e economistas, as principais fontes são os funcionários que, no início, estavam dentro do Indec e não estavam de acordo com o que acontecia. Muitas pessoas qualificadas estavam indignadas com o que estava acontecendo e decidiram tornar isso público. Boa parte dessas pessoas foram demitidas.

Os jornalistas comparam os relatos das suas fontes. Uma forma de fazer isso era consultar economistas com pensamentos e correntes diferentes. Nesse tema da manipulação da inflação, eles geralmente pensam igual.

Outra fonte são os dados oficiais que se encontram na internet, como acontece com a Secretaria de Energia, para acompanhar os preços dos combustíveis. Outro produto que os jornalistas exploram muito é a carne. “O cidadão comum ou o leitor que compra hoje um quilograma de carne sabe que custa 9,7 dólares e que há cinco anos custava 2,43 dólares. Ele

mesmo pode fazer a conta”, afirma Oliver Galak. Os jornalistas alertam que são só produtos soltos, mas afirmam que todos seguem a mesma tendência, indo para o mesmo lado. Isso ajuda a mostrar um pouco da inflação.

Graciela Bevacqua, que é associada à Universidade de Buenos Aires (UBA), também tem uma consultora que se chama Buenos Aires City. Essa consultora é bem avaliada pelos jornalistas, pois Bevacqua já fazia esse tipo de trabalho antes no Indec e é uma referência no meio de tantas consultorias.

Metade dos jornalistas entrevistados falou sobre outra fonte de informação para se aproximar da inflação: a medição de inflação nos estados. Como já mencionado, quando se fala em inflação argentina, na verdade, o índice de preços utilizados é o da Grande Buenos Aires (GBA), que é considerado para todo o país. Cada estado da Argentina tem a sua forma de medir a inflação, mas essa não é considerada na hora de calcular a inflação do país – que é feita a partir do IPC-GBA. Entre 2005 e 2008, o governo dos Kirchner decidiu criar um índice de preços nacional, considerando os valores da inflação nos estados (KANENGUISER, 2011).

Essas várias maneiras de medir inflação na Argentina ajudaram os jornalistas e economistas a fazerem uma comparação entre os índices do país. Jueguen explica que o IPC-GBA era manipulado desde 2007 e o novo índice nacional mostrava que havia mais inflação. Quando o governo percebeu o que os economistas e jornalistas estavam fazendo, extinguiu o índice novo. Então sobravam o índice de inflação manipulado e o índice de inflação de cada estado da Argentina para ser comparado.

O estado de Mendoza, no noroeste argentino, havia um governador radical<sup>30</sup> e a inflação era mais alta. Quando mudou o governo para um kirchnerista, a inflação voltou a acompanhar o Indec. O único problema para o Indec foi quando, mesmo sendo um estado alinhado com o governo, Mendoza passou a mostrar índices de inflação maiores que os índices do Indec.

Outro estado que os jornalistas usam para comparar é San Luis, que está na região do Cuyo. Esse estado é governado por uma família tradicional, os Rodriguez de Saa, que é oposição ao atual governo da Argentina. Por outro lado, os jornalistas chamam a atenção para a utilização desse estado, já que é um governo de oposição que mantém uma suposta independência.

Santa Fe, no centro da Argentina, é outro estado que é bem visto na hora de comparar o seu índice de inflação com o do Indec. Esse estado é governado pelos Partido Socialista, e isso lhe

---

<sup>30</sup> O radical, na Argentina, é a oposição ao Peronismo e ao Kirchnerismo.

confere mais independência. O estado de Santa Fe é visto como uma grande cidade que também serviria como parâmetro para comparar com Buenos Aires.

Nos estados a inflação quase sempre dava igual, com alguns pontos de diferença antes da intervenção e que, depois, a diferença entre os dados começou a aparecer com uma variação muito grande.

Todos os jornalistas entrevistados concordam que a cobertura mudou muito depois da intervenção no Indec.

Antes o jornalista não precisava checar o dado que o Indec divulgava. Mas agora, o que ele tem que fazer é colocar os dois temas – os dados das consultorias econômicas e os dados do Indec. O jornalista deve deixar claro para o leitor que de acordo com os dados do Indec, a inflação foi de 0,8% e que para as consultorias foi de 1,6%.

### 4.3. As dificuldades

A terceira pergunta feita aos jornalistas foi: “Quais são as dificuldades da cobertura de manipulação da inflação?”

Assim como as perguntas anteriores, todos eles responderam a terceira. Dois jornalistas destacaram como principal dificuldade o fato de agora os economistas e as consultorias estarem falando menos devido às multas aplicadas pelo secretário de Comércio Interior, Guillermo Moreno. As multas de 500 mil pesos são aplicadas a consultorias que divulgam dados que não estão de acordo com o Indec. Para o secretário, as empresas estariam violando a Lei de Lealdade Comercial, que prevê sanções para quem induza ao erro ou produza publicidade enganosa (KANENGUISER, 2011).

Os jornalistas afirmam que desde que as multas começaram, é mais difícil que as suas fontes falem como antes, pois sabem que poderão ser multadas. Outra dificuldade é o fato de que os jornalistas precisam conhecer como cada consultora trabalha e ver qual dos índices é o mais sério.

As consultorias mudaram o nome das suas medições. Antes, elas divulgavam como IPC. Agora, são várias estimativas de economia que se chamam Informações Econômicas. Os jornalistas lembram que o Indec se posiciona como um órgão a favor da imprensa e que sempre manda convites para coletivas. O problema é que as coletivas enfatizam a metodologia empregada pelo instituto, que não responde perguntas sobre a política de Moreno dentro do Indec.

Pergunto sobre a pressão do governo e eles me bombardeiam de estatísticas para mostrar que a dos outros é errada e a deles, do Indec, é a verdadeira, a mais perto da realidade. Não serve de nada. Porque na verdade não é uma questão metodológica, o que fazem é carregar mal os dados de preços (RAFELE, 2011)

Antes do início da manipulação as matérias sobre inflação com análise econômica eram sobre se a inflação estava muito alta na Argentina, medidas para combater a inflação, os motivos da inflação.

Após a manipulação, um jornalista afirma que mais de 80% do tempo e do espaço no jornal foram destinados a falar sobre a medição da inflação ou sobre os motivos que levam a inflação a ser mais alta que a do Indec ou como ocorre a manipulação dentro do instituto. O

debate sobre o Indec ocupou o lugar do debate sobre a inflação na agenda pública dos políticos e nas matérias jornalísticas.

Outra dificuldade é dar a informação verdadeira ao leitor. Como existe uma briga entre o Indec e as consultorias para decidir quem fala a verdade, o leitor recebe informações das duas partes que dão informações contrárias. Para acabar com essa dificuldade o jornalista deve consultar a maior quantidade de fontes para que a informação dada seja a mais completa.

Os jornalistas apontam que os canais de acesso convencionais – como a assessoria de imprensa do Indec ou da Secretaria de Comércio Interior – para se ter a informação para a cobertura econômica estão fechados. Se os canais não estiverem fechados, eles repetem o discurso do governo. Então, o jornalista tem que usar canais alternativos para conseguir a informação.

Ainda assim, mesmo que o jornalista consiga a informação de um técnico do Indec contrário à manipulação, essa informação estará ameaçada pelo descrédito do governo, que não reconhece o que acontece no Indec.

A demissão dos funcionários do Indec que eram contra a intervenção também é considerada uma dificuldade na cobertura. Com isso, o jornalista perdeu todas as fontes que tinha dentro do organismo.

Outra dificuldade é que não existe somente uma inflação para ser noticiada. Antes, o uso da palavra inflação estava ligado ao Indec. Hoje, o jornalista tem acesso a vários índices, mas nenhum é o índice verdadeiro.

A falta de um índice oficial é outra dificuldade. Quando uma matéria sobre inflação é publicada na internet há vários comentários ridicularizando a informação dada pelo governo, pois os leitores não acreditam mais no Indec.

#### 4.4. Tensão na cobertura

A quarta pergunta realizada foi: “Qual foi o momento com mais tensão na cobertura?”

Os seis jornalistas responderam a pergunta. Foi interessante notar que nenhum deles falou em um único momento de tensão, mas em vários momentos diferentes.

Para alguns, o primeiro momento de tensão foi no primeiro ano, principalmente para os trabalhadores do Indec que sofreram ameaças dentro do instituto. Um dos jornalistas identifica 2007 como o ano mais tenso e analisa que esse mesmo ano também foi o de maior confronto entre a imprensa e o governo.

Como não houve um único momento de tensão, eles explicam que a tensão foi surgindo aos poucos. Primeiro apareceram os rumores sobre uma intervenção no Indec. Depois, surgiram algumas suspeitas não confirmadas e depois o assunto se tornou público.

Havia tensão também na hora de publicar, pois nos primeiros dias, o jornalista não tinha certeza sobre a manipulação e precisava verificar se não era uma sensação de inflação ou se era realmente uma manipulação do índice.

Além disso, houve a percepção que a manipulação da inflação atingiu a Pesquisa Permanente de Lares<sup>31</sup>, que produz os dados de pobreza e de indigência na Argentina. Outra situação foi o fato de Bevacqua ter ficado sem contato com a imprensa por dois anos após a intervenção. Mais um pico de tensão aconteceu quando o Congresso da Nação Argentina começou a debater a inflação, o índice de preços e a manipulação.

Somente um jornalista destaca que a tensão estava mais direcionada aos que trabalhavam com a medição de preços. Ele notou uma tensão maior entre os economistas e nos estados que publicavam um índice de inflação diferente do que o Indec divulgava.

Um dos jornalistas ouvidos acredita que o maior momento de tensão ainda não chegou. Um dos picos de tensão é a substituição da equipe de trabalhadores do Indec e o momento da demissão de Graciela Bevacqua. Para o jornalista, haverá mais momentos de tensão. Ele explica que existe uma lógica para pensar assim, pois inicialmente a tensão foi dentro do Indec. Depois, passou para quem divulgava números diferentes, ou seja, com as multas às consultorias. O último passo seria censurar aqueles que comunicam os dados das consultorias, a imprensa.

Segundo os jornalistas, as multas aplicadas por Guillermo Moreno são uma forma de dizer que afrontar o Indec tem um preço, seja uma carta do secretário de Comércio Interior,

---

<sup>31</sup> Tradução da autora para Encuesta Permanente de Hogares (EPH).

Guillermo Moreno, seja alguma cobrança da Administração Federal de Ingressos Públicos (AFIP).

Apesar disso, eles contam que a tensão não atingiu todas as consultorias. Existem algumas que insistem em publicar os números e confiam em seus advogados e esperam que Guillermo Moreno não cobre a multa.

Um momento de tensão foram as marchas e os protestos realizados pelos empregados do Indec que estavam contra a intervenção. Alguns jornalistas presenciaram essas marchas e perceberam um clima de tensão no momento.

Outro momento ocorreu na Feira do Livro de 2010, em Buenos Aires, na apresentação livro do jornalista Gustavo Noriega. Noriega já havia trabalhado no Indec antes e escreveu um livro que se opunha à manipulação da inflação.

Durante a apresentação do livro, alguns torcedores de futebol a favor do governo cantaram e defenderam Moreno, criticando a atuação dos jornalistas. No meio da discussão, houve confusão e algumas cadeiras foram jogadas. Para os jornalistas, esse momento mostrou a maneira de trabalho do Indec, que é a portas fechadas e com confrontações.

#### 4.5. Índice alternativo

A quinta pergunta foi: “Você pensou em criar um índice de preços próprio para seguir a inflação?”

Dois jornalistas pensaram em elaborar um índice próprio, mas desistiram da ideia. Os outros jornalistas não pensaram em criar.

Os dois jornalistas que cogitaram a utilização de um índice próprio justificaram a desistência. Um deles seguiu o preço de alguns produtos e perguntou ao chefe se poderia comprar em um supermercado de bairro todos os meses com uma série de produtos.

Porém, o chefe respondeu que haveria um debate enorme sobre a parte técnica desse estudo e sobre a amostra, pois a amostra seria muito pequena para o que é possível dar ao público. Outra razão é que esse novo índice poderia confundir o público, que já leu que não existia inflação, mas sim dispersão de preços.

Uma das justificativas para não criar um novo índice foi o uso dos índices de preços das consultorias. Alguns exemplos dos índices utilizados pelos jornalistas são o site *Inflación Verdadera* e uma página da Inglaterra na qual é possível carregar os gastos mensais e os produtos consumidos para calcular a inflação pessoal.

O *Cronista Comercial* teve o Índice El Cronista, quando o jornal era propriedade do grupo espanhol Recoletos. Os meios de comunicação desse grupo tinham o costume de fazer o índice próprio, assim como o jornal *Expansión*, na Espanha, que também era propriedade do grupo. Porém, os jornalistas desse jornal justificam que não mantêm o índice porque há várias publicações que o medem.

#### 4.6. Fatos curiosos

A sexta pergunta da entrevista foi: “Você tem algum fato curioso sobre essa cobertura?”

Todos os jornalistas responderam contando algum caso. Nenhum fato foi igual ao outro, mas todas retrataram a situação da cobertura da manipulação da inflação.

No *Cronista Comercial*, José Del Río se lembra de uma anedota que ficou famosa em todo o país. Trata-se de uma paródia feita a partir da música *El Reino Del Revés*, composta pela autora de histórias infantis na Argentina María Elena Walsh. A música original é:

Me disseram que no reino do Revés  
Nada o pássaro e voa o peixe  
Que os gatos não fazem miau e dizem yes  
Porque estudam muito inglês

A paródia criada sobre o Indec foi:

Me disseram que no reino do Indec  
É muito falsificado o IPC  
Se este índice mensal não fecha bem  
É desenhado entre três  
Vamos ver como é o reino do Indec  
Vamos ver como é o reino do Indec  
Me disseram que no reino do Indec  
A turma diz yes

Outra história que Del Río conta é que no aniversário de um ano da intervenção os trabalhadores demitidos ou que estavam contra a manipulação deram um abraço simbólico em volta do edifício do Indec. O jornalista explica que essa foi uma maneira pacífica de abordar uma agressão muito violenta às estatísticas do país.

O jornalista Esteban Rafele afirma que possui várias anedotas. Uma delas é que um conhecido trabalhava com Guillermo Moreno e acabou saindo por que dizia que a situação era insustentável. Rafele lembra que seu colega comentava: “o que Moreno está fazendo? Passa os números para que as pessoas subam os dados e então ele corrige os números”.

Outra anedota que Rafele recorda é que um economista que trabalhava na Secretaria de Comércio Interior começou a participar de reuniões entre a secretaria e o Indec. O economista não concordou com o que estava acontecendo e decidiu sair da secretaria. Para Rafele, isso reflete bem como os funcionários não queriam ver seus nomes envolvidos com a manipulação.

Juan Cerruti conta que várias vezes entrou escondido no edifício do Indec para ver o que estava acontecendo lá. Cerruti notava um clima tenso e com muita violência psicológica entre os funcionários enviados pelo governo e os trabalhadores que não estavam de acordo com a intervenção. O jornalista acredita que esse ocorrido mostra a situação do que estava acontecendo.

No *La Nación*, Oliver Galak recorda que foi cobrir um ato no Indec no qual estava o atual diretor técnico do Indec, Norberto Itzcovich, que defende a metodologia adotada. Galak e Itzcovich nunca tinham se visto, o contato entre os dois tinha sido por telefone até aquele momento. Galak o reconheceu e se apresentou para o diretor. A resposta de Itzcovich foi “Então você é o famoso Oliver Galak”. Galak afirma que até hoje não entendeu o que o diretor técnico quis dizer com a sua resposta. O jornalista brinca que talvez haja algum pôster na parede com fotos dos jornalistas maus, incluindo o próprio Galak.

Francisco Jueguen exemplifica uma anedota antiga. Antes de qualquer suspeita sobre a intervenção no Indec, Jueguen sugeriu a seu chefe uma pauta sobre a credibilidade do Indec, se o trabalho realizado dentro do instituto era confiável. O chefe de Jueguen riu dele, pois o Indec gozava de confiança absoluta de todos, inclusive do chefe.

Depois que descobriram a manipulação, Jueguen afirma que ele que riu quando se lembrou da pauta apresentada anteriormente. Para Jueguen, a anedota mostra como a confiança no Indec se quebrou, como um instituto que era sério se transformou em sinônimo de falta de confiança.

A jornalista Luján Scarpinelli conta que a anedota para as pessoas que trabalham com economia é ver cronologicamente como a inflação mudou. Scarpinelli diz que a inflação era um índice natural, um número qualquer, e se transformou em um tema polêmico, cheio de idas e voltas. Cada nova forma de calcular o índice é um novo capítulo na história da inflação, que não se sabe realmente qual é. Para os jornalistas, Scarpinelli afirma que a anedota mostra o objetivo final que é encontrar a inflação verdadeira.

#### 4.7. Mudanças

A última pergunta das entrevistas foi: “Você acredita que a cobertura e a situação podem mudar?”

Todos os jornalistas responderam a pergunta. A resposta dada foi igual: eles acreditam que se o mesmo governo continuar no poder no próximo mandato, nada vai mudar. A eleição presidencial na Argentina será em outubro de 2011 e a presidenta Cristina Kirchner é candidata à reeleição.

Os jornalistas cogitam que o governo comece a liberar índices de inflação mais altos aos poucos até chegar a um índice real. O problema, nesse caso, será restaurar a confiança da população no trabalho do Indec. Para resolver isso o governo procurou a ajuda do FMI para calcular o novo índice de preços e corrigir a inflação. Porém, os jornalistas vêem que o índice do FMI é mais uma maneira de deixar o governo com uma imagem internacional mais valorizada.

A justificativa para que não haja nenhuma mudança é que o governo de Cristina Kirchner não pode assumir o custo político de admitir a manipulação. Dessa forma, eles explicam que a situação permanecerá igual se o governo ganhar as próximas eleições, mesmo com o novo índice do FMI. A estimativa é que o índice novo deve estar pronto em 2013, mas o consenso entre os jornalistas é que irão divulgá-lo no último ano de governo, em 2014, para ganhar mais tempo.

Os jornalistas acreditam que se o governo realmente quisesse fazer um índice próprio com os técnicos que estão na Argentina, seria possível fazer. Porém, sem uma decisão política para isso, é mais difícil.

Um dos jornalistas afirma que o dia mais fácil para intervir em um organismo para manipular o índice de preços é o primeiro dia da intervenção. A cada dia que passa, a situação se complica mais, já que o custo político para assumir a situação e sair dela é mais alto.

Outro problema que dificulta a mudança da situação atual está na posição hegemônica que o secretário de Comércio Interior, Guillermo Moreno, ocupa.

A mudança, para os jornalistas, deve ocorrer a partir de uma reestruturação do Indec, para que volte a ser um organismo oficial sério e isso levará anos para acontecer. Os jornalistas notam que a confiança nos dados foi abalada, não somente na inflação, mas nos números de pobreza, crescimento, indigência.

Apesar da situação desfavorável, os jornalistas destacam a existência de um primeiro passo possível para reconstruir a confiança no Indec, como organismo e como fonte, está em um projeto no Congresso argentino. A idéia é reincorporar técnicos por meio de concursos. Mas os jornalistas alertam que é necessário ver quanto tempo isso deve demorar para que todos voltem a acreditar nos índices divulgados pelo Indec.

## CONCLUSÃO

Este trabalho me deixou claro como as mudanças no trabalho de cobertura econômica ocorreram a partir da manipulação do índice de inflação. Vi como os jornalistas tiveram que se adaptar e criar novas formas de acesso à informação, mas a uma informação, um índice, que ninguém sabe qual é.

Houve duas mudanças principais na transformação do Indec no trabalho dos jornalistas. A primeira foi que o instituto deixou de ser a fonte oficial para ser o foco das matérias. Todas as vezes em que se falava em inflação, os jornalistas deveriam citar a fonte. Antes, ao se falar sobre inflação era subentendido que se tratava da inflação medida pelo Indec. O organismo virou notícia e passou a ocupar espaço nas páginas dos jornais. A consequência foi que a discussão sobre soluções para o problema da inflação foi deixada à margem.

A outra mudança foram as novas fontes para contar aos leitores que não havia mais uma inflação confiável e para mostrar as medições alternativas. As novas fontes dos jornalistas são os economistas, as consultorias privadas, as universidades públicas, os estudos de organizações como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e o Banco Mundial, os dados de inflação dos estados, o site *Inflación Verdadera* e as medições feitas por alguns meios de comunicação, como a *Revista Noticias*.

Outro fato de destaque no âmbito das novas fontes foi o tema das multas aos economistas e às consultorias privadas que divulgam dados diferentes dos números do Indec. Foi consenso entre todos os jornalistas entrevistados que isso afetou o acesso às fontes, como economistas e consultorias privadas, principalmente. Essas fontes diminuíram a sua contribuição devido ao medo da sanção econômica. Ou não falavam diretamente sobre inflação, ou falavam em *off* ou demoravam a dar números.

Os jornalistas também tiveram que estudar mais sobre a área de estatística para poder investigar e interpretar os números divulgados tanto pelo Indec como pelas consultorias. Além disso, as fontes que os jornalistas tinham dentro do instituto de estatísticas foram demitidas. A equipe a favor do secretário de Comércio Interior, Guillermo Moreno, nega a existência da manipulação e, portanto, não serve como fonte para os jornalistas.

Nenhum dos dois jornais utilizados neste trabalho, *Cronista Comercial* e *La Nación*, criaram um índice próprio de inflação. A justificativa dos jornalistas é que eles não possuem competência técnica para fazê-lo, o alcance seria muito pequeno e há muitos outros organismos que medem o índice.

É importante destacar que o trabalho dos jornalistas dos dois jornais é muito parecido. As diferenças são mínimas. A única diferença foi que os jornalistas do *La Nación* mencionaram que houve uma decisão editorial de citar todas as fontes que davam índices alternativos e quando a inflação era dada pelo Indec. No caso do *Cronista Comercial*, os jornalistas afirmaram que eles mesmos decidiram indicar as fontes para situar melhor o leitor sobre o que estava acontecendo.

Foi interessante ver os fatos curiosos da cobertura lembrados pelos jornalistas. Todos os exemplos mostram uma forma de perceber o que aconteceu com o Indec em várias dimensões: seja no início da intervenção – como a entrada de jornalistas escondidos no instituto – ou durante o processo – como a paródia da música *El Reino Del Revés* e o abraço simbólico dado no Indec.

Quanto às mudanças na situação e na cobertura da manipulação, os jornalistas foram taxativos e afirmaram que, sem uma mudança de governo, é praticamente impossível que haja uma reforma no Indec para o retorno de um índice crível e verdadeiro. A tentativa de criar um índice junto com especialistas do Fundo Monetário Internacional pode ser um primeiro passo, mas a morosidade do governo em definir o índice somada ao custo político do reconhecimento do problema impede que a Argentina saiba qual é a sua inflação verdadeira.

Dessa forma, o acesso dos jornalistas à informação verdadeira é prejudicado e o leitor recebe várias informações e números de inflação, mas nenhum deles é realmente o número que o leitor vive no seu cotidiano. As consequências aparecem no momento de reajustar salários, discutir o preço dos alugueis, já que ninguém sabe se a inflação é de 10%, 20% ou 30% ao ano no país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, A. **Jornalistas e editorias de economia**. In: Encontro Anual da Compós, 10, 2001, Brasília. Grupo de Trabalhos Estudos de Jornalismo. Disponível em: <[www.facom.ufba.br/pos/compos\\_gtjornalismo/home\\_2001.htm](http://www.facom.ufba.br/pos/compos_gtjornalismo/home_2001.htm)>.
- BASILE, S. **Elementos de Jornalismo Econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- BETING, J. **Perfil: Minha Carreira e Minha História. Joelmir Beting: o que eu sei, o que eu penso, o que eu acho**. Disponível em <<http://www.joelmirbeting.com.br/noticias.aspx?IDgNews=10>>. Acesso em 28 mai 2011.
- BOAS, V (org.). **Formação & Informação Econômica: Jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus Editorial, 2006.
- BRAUN, M; LLACH, L. **Macroeconomía Argentina**. Buenos Aires: Grupo Editor Alfaomega, 2010.
- BULLRICH, L; JUEGUEN, F. **Indec: una destrucción con el sello de los Kirchner**. Buenos Aires: Edhasa, 2010.
- CABALLERO, A. **Crímenes Institucionales y Pecados Económicos**. Buenos Aires: Editorial de la Universidad Católica Argentina, 2007.
- CALDAS, S. **Jornalismo econômico**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.
- DIARIO SOBRE DIARIOS. **2008: el año de la pelea más dura entre el Gobierno y el Grupo Clarín**. Disponível em <<http://www.eldsd.com/eldsd/zonadura/2009/enero/diario-16-diciembre-2008.htm>>.
- DINES, A. **O papel do jornal: uma releitura**. São Paulo: Summus Editorial, 1974.
- FERNÁNDEZ, Ana Laura et al. **Manipulación de las estadísticas públicas: ¿Qué oculta el Indec sobre la situación de los trabajadores?**, Tendencias de la economía actual, Buenos Aires: Centro de Estudios para el Desarrollo Argentino, Documento de Trabajo nº 8, nov de 2008. Disponível em: <[http://www.cenda.org.ar/files/CENDA\\_DT08.pdf](http://www.cenda.org.ar/files/CENDA_DT08.pdf)>.
- FORTES, R. **A imprensa e a transição para a democracia: uma análise do início da 'Nova República'**. In: Terceiro Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2005, Novo Hamburgo. CD-Rom, 2005.
- KANENGUISER, M. **El fin de la ilusión: Argentina 2001-2011 Crítica, reconstrucción y declive**. Buenos Aires: Edhasa, 2011.
- KUCINSKI, B. **Jornalismo econômico**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

LEIRAS, M. **Argentina: problemas macro-económicos, conflicto social y debilitamiento de la coalición de gobierno**. Buenos Aires: Universidad de San Andrés, 2009. Disponível em:

<<http://www.udes.edu.ar/files/UAHumanidades/DT/DT%20Ciencias%20Sociales/DT6MarceloLeiras.pdf>>

LENE, H. **A autoridade jornalística na cobertura de economia: Uma análise da Gazeta Mercantil e do Valor**. In: I Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2003, Brasília. *Anais...* Brasília, 2003.

LENE, H. **A crise da Gazeta Mercantil: tradição e ruptura do jornalismo econômico brasileiro**. 2004, Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004. Disponível em <<http://www.uff.br/mestcii/tesesedissertacoesnew.htm#2004>>.

LENE, H. **A reconfiguração do jornalismo de economia brasileiro no final do século XX**. *Revista Eco-Pós*, Rio de Janeiro, v.13, n.1, p.164-181, 2010.

NUNES, L. **Esquenta briga do governo com o Clarín**. Observatório da Imprensa. Disponível em < <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/esquenta-briga-do-governo-com-o-clarin>>.

QUINTÃO, A. **O jornalismo econômico no Brasil depois de 1964**. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

RACY, J. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Revista de Economia Mackenzie, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 172-185, 2005.

ROMERO, L. **Breve Historia Contemporánea de la Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

TERAMO, M. **Calidad de la información periodística en la Argentina: Estudio de diarios y noticieros**. *Palabra Clave*, Bogotá, v.9, n.1, p.57-84, 2006.

VITALE, M. **Memoria y acontecimiento. La prensa escrita argentina ante el golpe militar de 1976**. In: P. Vallejos (ed.), *Los Estudios del Discurso: nuevos aportes desde la investigación en la Argentina*. Bahía Blanca: Universidad Nacional del Sur. pp. 165-182.

## ANEXOS

### JOSE DEL RIO – CRONISTA COMERCIAL

Como e qual foi o momento que você descobriu que havia manipulação nos números de inflação do Indec?

Geralmente, você tinha que os números do Indec coincidiam quase sempre com os números das consultorias privadas. E houve um mês em 2007 que a inflação deu 1 %, Me lembro muito bem do número que era dado pelas consultorias privadas e a metade que o organismo público te dava. Então, a partir daí, começou uma investigação dos meios para ver o que estava acontecendo com o Indec.

Enquanto isso, havia denúncias por parte dos sindicatos que trabalhavam lá. Também houve mudanças como mudanças de funcionários, mudança dos diretores e mudanças também do que eles chamavam de *batata entries*. Esses eram os que carregavam os dados diretamente e os chamavam como a verdura, ou seja, falando que eram uns batatas, uns bobos que carregavam porque haviam tirado pessoas qualificadas e haviam colocado gente que só carregava dados a pedido.

E foi assim que isso começou a ser notícia e tema de investigação Uma vez que se descobriu esta diferença que atuou como disparadora, começamos a falar com a diretora da área de Estatísticas, pois diziam que a tinham mandado embora. Falávamos com a Secretaria de Comércio e diziam que estavam investigando os locais onde se vende a fórmula do segredo estatístico, que não podiam saber onde pesquisavam os dados e uma das coisas que ficaram vulneráveis era que se conheciam esses dados.

Esse é um problema hoje porque você tem na Argentina um debate muito forte entre o organismo público, o Indec propriamente dito, e o que são as consultorias privadas. A Direção de Lealdade Comercial, que é um organismo autárquico, começou a multar com 500 mil pesos as consultorias privadas que difundem dados de inflação. E quando você pergunta por que eles multam, eles dizem que as consultorias não cumprem com os requisitos formais para que as estatísticas sejam sérias.

Então, hoje você tem um debate importante que é quem diz a verdade? As consultorias dizem que o Indec está tergiversando a fórmula. O Indec diz que as consultorias ao têm capacidade técnica suficiente para calcular os índices. As consultorias dizem que estão tentando silenciá-

las e por isso colocam essas multas de 500 mil pesos. E o Indec diz que o que está ocorrendo agora é que pela primeira vez houve a evidência de que as consultorias são pouco sérias e que o dado que você deve ter em conta é o dado do organismo público. A tal ponto que uma das pessoas que trabalha no Indec, Norberto Itzcovich, que é direto técnico, fez um artigo com o título “É uma porcaria o que fazem as consultorias privadas”.

Quais eram as fontes consultadas para se aproximar à inflação verdadeira?

Antes você não checava o dado do Indec. Agora o que você faz é pôr em uma mesma matéria os dois temas. Você diz que de acordo com os dados do Indec a inflação foi de 0,8%, mas para as consultorias foi de 1,6%. Antes, a matéria era ‘Para o Indec, a pobreza é de tanto’. Agora é ‘Para as consultorias, a pobreza foi de tanto e para o Indec é de tanto. Então você dá uma campanha dupla para o leitor.

Como fontes, usamos as principais consultorias econômicas, organismos como a CEPAL, a nível nacional e internacional, você usa o Fórum Econômico Mundial, na parte do indicador da Argentina tem um asterisco dizendo que na Argentina o índice não é tão claro. Você usa todas as consultorias, eu as uso como referência por mais que o Indec diga que elas são pouco sérias. E uso alguns dados do Indec também.

Quais foram as dificuldades da cobertura de manipulação da inflação?

As dificuldades são para dar ao leitor a informação verdadeira, pois ele está submetido a uma briga de várias partes e o problema é que essas partes mentem. As duas vão contra, trocam injúrias mutuamente. E aí você tem o debate. O que uma pessoa deve fazer é tratar de consultar a maior quantidade de fontes possível para que essa informação seja mais completa.

Qual foi o momento com mais tensão na cobertura?

Para mim, ainda não chegou o pior momento de tensão. Eu acredito que o momento de mais tensão foi quando demitiram os técnicos do organismo e tiraram a diretora da área. Também

ameaçaram a Graciela Bevacqua, que é uma economista independente. Ameaçaram-na tanto que ela entrou em um poço depressivo e tinha medo de sair na rua. Esse foi o momento de tensão no Indec. Mas se você me pergunta, eu acho que vai ter mais. Primeiro multaram as consultorias por divulgar esses dados. Isso não é informação, mas um palpite meu: para mim, isso vai seguir e depois, no futuro, vão aos que comunicam os dados das consultorias. Mas isto é seguir a lógica de como eles estão operando, não é que isso esteja acontecendo. Começaram demitindo as pessoas que estavam contra e que estavam dentro do Indec, passaram agora para as consultorias e ficaria sobrando para multar aqueles que difundem esses dados, que somos nós.

Você pensou em criar um índice de preços próprio para seguir a inflação?

O jornal fez em outra época, se chamava o Índice El Cronista, quando era propriedade de um grupo espanhol chamado Recoletos, que tinha o costume de fazer isso, assim como o jornal Expansión, da Espanha. E nessa época fizemos isso localmente. Mas hoje não temos, há várias outras publicações que fazem.

Você tem alguma anedota nessa cobertura?

Eu também trabalho em uma rádio e a quantidade de emails e denúncias que estão chegando a respeito do que acontece no Indec é terrível. E também há uma coisa que é engraçada. Temos uma autora famosa aqui na Argentina que se chama Maria Elena Walsh, que escreve para crianças. E tem uma letra dela que é ““me dijeron que el en reino del revés, nada el pájaro y vuela el pez”, que é uma música para crianças.

O que aconteceu no aniversário da intervenção do Indec é que criaram uma canção que diz dice “me dijeron que en el reino del Indec, é muito falso o IPC. Se o índice mensal não termina bem, o desenham entre três”. E vários técnicos também deram um abraço em volta do organismo público e foi muito emocionante. Era uma maneira pacífica de abordar uma agressão muito violenta às estatísticas do país.

Você acredita que a cobertura e a situação podem mudar?

Acho que se não há uma decisão política, essa intervenção não vai parar. Acho que também é importante que isso ocorra, mas você precisa de uma decisão política. Acho que o FMI foi a desculpa para chutar a bola por um par de anos. Esse índice vai estar em vigência só no final do ano que vem. Mas se quisessem fazer um índice próprio com os técnicos que você tem aqui, é possível fazer. O tema é que não está a decisão política de respeitá-lo.

### **JUAN CERRUTI – CRONISTA COMERCIAL**

Como e qual foi o momento que você descobriu que havia manipulação nos números de inflação do Indec?

A partir disso, começa uma situação onde o índice de inflação oficial começa a se desligar do que estimam as consultorias privadas. Essa é uma situação que vai acontecendo cada vez mais clara, assim como a ingerência de alguns funcionários sobre o índice. Obviamente essa realidade e esse processo do Indec acontecem em paralelo a uma aceleração inflacionária. A Argentina tinha conseguido sair da crise de 2001, tinha conseguido abaixar os índices de inflação.

O país estava com uma inflação ao redor de 6% e já em 2007 chega a 12%, ou seja, se duplica em um só ano. A partir daí, os índices de inflação da Argentina, segundo as consultorias privadas ou inclusive as estimações dos departamentos de estatísticas estaduais, as quais tinham suas próprias medições independentes da medição oficial. Essas medições paralelas, seja das consultorias privadas ou esses departamentos de estatísticas estaduais, mostram um índice de inflação entre 20 e 25% anual, desde 2008 até agora, mais ou menos.

O primeiro índice suspeito foi em janeiro do ano 2007, quando surge um índice de inflação do Indec que não se corresponde com as expectativas inflacionárias que havia. E com pouco tempo começam as demissões de funcionários de linha do Indec, gente que estava há muito tempo lá, gente preparada. Aí foi quando começou a suspeitar mais. O Indec historicamente

tinha sido uma entidade autárquica, autônoma do Poder Executivo, onde, por exemplo, o Banco Central e os cargos políticos não tinham ingerência sobre a medição em si.

Isso começou a mudar em dezembro de 2006. Foi o primeiro índice que levantou suspeitas, o que saiu em janeiro de 2007. A partir daí, a situação foi aumentando e com o passar do tempo também cresceu a ingerência de alguns funcionários do governo nacional sobre o Indec, como é o caso de Guillermo Moreno, o secretário de Comércio Exterior. O titular do Indec nesse momento renunciou logo que começou isso.

Quais eram as fontes consultadas para se aproximar à inflação verdadeira?

Era um trabalho jornalístico muito desafiador porque implicava duas coisas. Uma era reportar ao leitor o fato em si do desligamento do índice de inflação oficial com o índice de inflação verdadeiro. E por outro lado, quando uma pessoa afirmava algo, ter a certeza de que havia um respaldo da pessoa que estava falando por trás disso.

Para isso, usávamos diferentes fontes, até o dia de hoje, as fontes das consultorias privadas, as fontes de um grupo de trabalhadores dentro do próprio Indec que comentavam com a imprensa o que estava acontecendo, como as demissões, as ameaças etc. Com isso nos fomos nutrindo de diversas fontes. Eu diria que, em geral, o tema foi pouco discutido. Em pouco tempo, a gente aceitou o que estava acontecendo realmente porque era uma realidade bastante palpável e bastante evidente.

Mas bom, foi todo um processo lento, onde continua até o dia de hoje. O governo agora está reformulando o índice de preços, mas esse novo índice está sendo elaborado em colaboração com as Nações Unidas e o FMI não vai estar pronto até 2013. Parece que é mais uma estratégia para ganhar tempo.

As fontes eram muito diversas. Funcionários do Indec, de dentro do instituto, que não estavam de acordo com o que estava acontecendo. Eu diria que na primeira etapa, essa foi a grande fonte. Depois, as consultorias que nos diziam que seus estimadores não concordavam com os do Indec.

Depois, tínhamos institutos de estatísticas estaduais, que nos diziam o que estava ocorrendo. Com isso, de todas as formas, o grosso das fontes saiu de dentro do próprio Indec quando o tema foi a conhecimento da opinião pública. São técnicos de carreira, gente muito preparada

que obviamente estava indignada com o que estava acontecendo e decidiram tornar isso público. A muitos isso custou perder seu trabalho durante o processo.

Quais foram as dificuldades da cobertura de manipulação da inflação?

A principal dificuldade é a que a gente está com um governo que desconhece a realidade. Com isso, tudo o que é acesso público, todos os canais de acesso a esse tipo de informação hoje estão vedados e em caso de não estar vedados, replicam o discurso oficial. A pessoa pode pegar o telefone e ligar para o assessor de imprensa do Indec para que te diga sobre o que está acontecendo porque ninguém vai te contar nada. Então, o principal problema da cobertura é que você não sabe nada ou não pode utilizar os canais habituais para conseguir a informação. Você tem que utilizar canais alternativos para conseguir esse tipo de informação. Essa é a principal dificuldade. Por outro lado, está a dificuldade de que ainda no caso de alguém consiga a informação de maneira paralela, ou seja, por um técnico que não estava de acordo com o que estava acontecendo, essa informação sempre vai estar sob a ameaça de ser desacreditada pelo governo, que não reconhece o que ocorre hoje.

A partir do ponto de vista jornalístico é um desafio interessante, mas é pouco convencional. Você nunca vai ter a confirmação do que disseram, pelo menos com as fontes oficiais, como tradicionalmente as conhecemos. Então é uma cobertura um pouco complicada. De todos os modos, com o passar do tempo, agora já é uma questão estandardizada. Agora, o debate foi superado.

O governo nunca disse que não queria manipular o índice de preço, mas encontrou uma maneira sutil de anunciar que no final o índice estava mal medido. Então para não dizer que, na verdade, não quis mudar o índice de preços, encontrou a forma de dizer que está mal medido e que vai mudar a forma de medi-lo. É como se a culpa não fosse deles nesse caso. De todas as formas, o debate com a opinião pública já está quase digerido, eu diria que superado.

O cidadão comum na Argentina sabe que a inflação não é a que o Indec está indicando. Se você vê diferentes indicadores que termos nominais deveriam ter uma correlação importante com o nível de inflação, esses indicadores têm uma correlação importante sim com o nível dos indicadores das consultorias privadas. Como os 24%, 30% dos acordos salariais. O mesmo ocorrer nos acordos que o governo fecha que, de certa maneira, não coincidem com os índices de preços que dá.

Qual foi o momento com mais tensão na cobertura?

Eu diria que o momento com mais tensão foi no início, no primeiro ano. O primeiro ano sobretudo pelas pessoas que estavam trabalhando dentro do Indec e pela violência e ameaças. O ano 2007 foi como o ano mais tenso, inclusive, foi também o ano mais tenso do governo com a imprensa sobre este tema. Agora está como um tema aceito.

Foi uma novidade, no início era muito difícil que os jornalistas acreditassem e que escrevessem matérias de que era algo que podia estar acontecendo, ainda mais com indícios paulatinos. Primeiro foi um rumor, algo não confirmado e o assunto tem uma complexidade adicional. O cidadão médio sempre tem a sensação de o índice de inflação não é o que o governo publica.

Essa idéia está sempre latente porque, em geral, o governo publica uma cesta de preços própria, mas é uma média. E o consumo e a inflação existem um índice para cada ser humano de acordo com o que cada um consumiu. Você sempre tem a idéia de que não é o que o governo diz. Então, nos primeiros tempos houve uma idéia de verificar se não era uma sensação habitual do que você pode ter ou se efetivamente era uma manipulação do índice.

Você pensou em criar um índice de preços próprio para seguir a inflação?

Nós pensamos em criar, mas utilizamos profundamente os índices de preços privados. Houve uma época em que você tinha ao mesmo tempo umas 10 consultorias que faziam a medição dos preços. Agora começaram a multar essas consultorias e com isso muitas delas deixaram de informar publicamente os seus índices de preços. Mas no lugar de ter uma medição própria preferimos usar a das consultorias.

Você tem alguma anedota nessa cobertura?

Mais de uma vez tivemos que entrar meio encobertos dentro do Indec para tentar descobrir e ver o que havia lá. Ou então alguma proibição séria que faziam com algum funcionário do

Indec, o qual nos contava. Mas isso de entrar meio escondido dentro do instituto para ver o que faziam, o que falavam e demais coisas. A gente notava um clima de muita tensão e muita violência psicológica por parte das pessoas enviadas pelo governo e dos trabalhadores que não estavam de acordo com esse tipo de intervenção. Foram vários anos assim.

Você acredita que a cobertura e a situação podem mudar?

Acho que para que esta situação mude, vai ter que vir outro governo. Acho que em algum momento isso vai ter que mudar, mas vai ser sob outro governo porque este governo não pode assumir o custo político de admitir que o índice de preços estava manipulado, que não era o correspondente. Suponho que vai mudar em algum momento.

Acho que no ínterim e na perspectiva de que este governo ganhe de novo a eleição, vamos ter vários anos no quais a situação irá a uma espécie de letargo onde o índice de preços é uma anedota assim como as pesquisas alternativas. Haverá que ver como se desenvolve também o projeto de índice de preços com o FMI. Esse índice, como está feito agora, é para ganhar tempo, pois já estimaram que só em 2013 vão poder lançá-lo.

Claramente, a gente sabe que vão dizer que em 2013 o índice não vai estar pronto e que isso será em 2014. Aí veremos. Sobram dois anos e meio, quase três para que esse governo conte com esse índice. Por isso, publicar um índice baixo não traz nenhum benefício, mas se decidem sair desse índice, o custo político seria muito, muito alto. Então, o governo se encontrar em uma espécie de encruzilhada.

Uma vez, um economista me disse que o dia mais fácil para intervir para manipular um índice de preços é o primeiro dia. Daí em diante, cada dia é mais difícil ir intervindo porque o custo político para sair é mais alto. E a credibilidade do índice não aporta nada. Se abaixa o índice, abaixa a inflação. Mas as pessoas não acreditam nisso. É o custo político que o governo tem que enfrentar, então é um problema sair disso.

É um tema apaixonante, mas lamentável que tenha acontecido. O índice de preços é o que chamamos em economia de “bem público”. É um insumo que serve a todos para tomar uma referência e que a Argentina não tenha mais esse bem público há tanto tempo é realmente uma pena. O primeiro passo para tentar solucionar uma situação é que a pessoa a reconheça. É difícil atacar a inflação quando você quebra o termômetro quando tem febre. É difícil ir ao tema a fundo, mas, bom, é o que temos.

## **ESTEBAN RAFELE – CRONISTA COMERCIAL**

Como e qual foi o momento que você descobriu que havia manipulação nos números de inflação do Indec?

Na época fazia pouco tempo que eu estava trabalhando com jornalismo econômico, só 4 meses. Pelo que me lembro, se anunciou que o secretário Comércio Guillermo Moreno nomeia Beatriz Paglieri para estar a frente da área de Preços do Indec e toma o lugar da que estava nesse momento nesse cargo, que era Graciela Bevacqua. Isto foi no final de janeiro de 2007. Aí, o governo já vinha trabalhando por mais preços e estava Felisa Miceli como ministra de Economia, que no final de 2005 lançou uns acordos para conter os aumentos de alimentos e de alguns produtos da cesta básica.

Isto começa a se desvirtuar, as empresas começam a buscar soluções por outros caminhos, mas Moreno intervém. Moreno tem outro trato com as empresas e as obriga diretamente a fazer o que ele quer, mas os preços que ele queria abaixar de verdade eram os preços do Indec. A cesta básica de produtos do Indec era enorme e a de Moreno era bem menor, por isso ele não conseguia abaixar os preços.

Nesse momento, a Secretaria de Comércio ia aos comércios para ver quais cumpriam a lista do governo e quais não. Moreno pressiona o Indec para que lhe dê os dados que medem a inflação, mas o Indec nega. Graciela Bevacqua estava frente da área de Preços e também não lhe entrega a lista de produtos. Moreno consegue tirá-la do cargo e coloca uma pessoa afim com o governo, que é Beatriz Paglieri. Isso foi público no momento e a partir disso se suspeitava que algo passaria com a medição de preços.

A partir daí houve algumas outras mudanças no Indec, sempre tratando de normalizar a coisa, mas nunca houve nada de concreto que pudesse ser feito. A partir disso também aparecem outros preços feitos pelas medições das consultorias privadas. Depois, em 2008, o Indec para com a medição do índice de preços nacionais, que era uma pesquisa feita em todos os estados. Essa pesquisa era feita e somava-se aos índices da Capital Federal e aí se obtinha o índice nacional. Geralmente, alguns estados tinham um índice acima do da Capital Federal. Em 2008, depois da intervenção do Indec, cada estado mede a sua maneira e por razões metodológicas, então as medições param e as consultorias procuraram outra alternativa para

medir a inflação. Poderia ser pó meio do PIB, que segundo alguns economistas é uma medida que se aproxima à medição dos preços. Agora há uma comissão do FMI que veio para trabalhar com o Indec nos estados para fazer uma medição nacional de inflação para substituir a que eles pararam de fazer em 2008.

Quais eram as fontes consultadas para se aproximar à inflação verdadeira?

O Indec deixou de ser uma fonte confiável para ser um objeto de notícia. A notícia era mais que a inflação era de tanto por cento, mas sim o que tinha por trás disso. Depois da crise de 2009, houve uma manipulação dos dados relativos ao crescimento e à indústria. Essa manipulação foi denunciada pelos economistas privados e por alguns grêmios. Isso me afetou na hora de usar os dados do Indec, pois tinha que ser cuidadoso.

Por exemplo, sei que em 2009 quando se falava em crescimento ou recessão, o Indec nunca mencionou recessão. Falava de um crescimento mínimo. De 2008 para 2009, o Indec disse que houve um crescimento de 1 ou 2%. Os economistas privados diziam que havia uma recessão entre 2 e 4 pontos. Então, não é que uns tenham razão e outros não. É que não se sabe. Evidentemente algo mal o Indec fez, gerou desconfiança, mas não é por isso que devemos sacralizar as consultorias privadas.

As consultorias privadas não têm o mesmo alcance que o Indec. E agora começaram a multar as consultorias. A maior parte delas começou a medir a inflação quando os dados do Indec não eram mais confiáveis. E também, precisavam medir esses dados primários para fazer suas próprias estimações e começaram a difundir isso na imprensa. Obviamente, com um monte de desigualdades que você tem em conta.

O alcance é, principalmente, uma das desigualdades, já que algumas consultam o preço de dois ou três comércios, algumas têm o universo de comércios maior, outras menos, outras fazem estimações a base de outros números, então é muito diferente. Agora, se eu faço uma matéria de inflação, falo com 3 consultorias, cada uma me diz um tanto. E agora se suma algo a mais que vem de dentro das consultorias: elas demoram em publicar seus números. Ou seja, antes, no dia 2 de maio você já tinha a inflação de abril. Agora estão demorando uns 15 dias mais para publicar.

Quais foram as dificuldades da cobertura de manipulação da inflação?

Agora eles, os economistas e as consultorias, estão se cuidando muito mais para falar sobre inflação. Até mudaram os nomes de suas medições. Antes se chamava IPC, como o do Indec. Agora mudaram todos os nomes e chamam os vários índices de “informações econômicas”. Em alguns estados, como Mendoza, houve uma pressão do governo para descartar os índices, mas não deu certo. Inclusive, houve uma mudança na sua medição de inflação e ela saiu mais alta.

O governo estava pressionando para que isso demorasse mais. Eu entendo que isso aconteceu porque o governo estava trabalhando paralelamente com o FMI para a publicação de um índice. Mas na verdade, era outra coisa. Mendoza era um estado oficialista, a favor do governo, e publicou um índice diferente do índice do Indec. Quanto ao Indec, ninguém nunca veio me falar que eu não publicasse nada. Ao contrário, eles te convidam para coletivas de imprensa chatíssimas, intermináveis, que demoram 3 ou 4 horas. Falam muitíssimo de estatística, você não dá conta de seguir.

Não sou economista, não sou graduado em Estatística. Então, pergunto sobre a pressão do governo e eles me bombardeiam de estatísticas para mostrar que a dos outros é errada e a deles, do Indec, é a verdadeira, a mais perto da realidade. Não serve de nada. Porque na verdade não é uma questão metodológica, o que fazem é carregar mal os dados de preços. Não é a metodologia, são os dados porque eles vão aos comércios onde há acordo de preços e não vão aos outros. Ou então eles colocam os dados no sistema diretamente de uma planilha de preços que Moreno manda. Então é algo que está além da questão metodológica.

Qual foi o momento com mais tensão na cobertura?

Não senti que houve tensões no meu trabalho. As tensões aconteceram em vários momentos, mas foi mais com os economistas e também em alguns estados que tinham índices de inflação mais altos que o índice do Indec. Ninguém me disse para não publicar nada, mas sim para os que trabalham com as medições. Esses sim tiveram momentos de tensão.

Você pensou em criar um índice de preços próprio para seguir a inflação?

Não pensamos em criar uma cesta nossa porque há várias. Existe uma medição que é Inflação Verdadeira, que é uma cesta bastante verdadeira segundo dizem. O que se faz é um seguimento dos preços nos supermercados de produtos que estão regulados. Quer dizer, quando há um acordo de preços, depois Moreno autoriza os aumentos. Seguimos isso, mas não muito. Não vejo como sendo nosso trabalho, pois os economistas já fazem isso. É impossível seguir tudo. Há a página da Inflação Verdadeira, existe também outra página na Inglaterra na qual você coloca os produtos que você consome e vai calculando a sua própria inflação pessoal. Mas enfim, a notícia passou a ser outra, a diferença que existe entre o Indec e os privados e outros números públicos. Se você segue a inflação do estado Santa Fe, que é a que está mais alinhada com os números dos organismos privados, que é uma medição realmente séria, pública e de um estado que é neutro.

Você tem alguma anedota nessa cobertura?

Tenho varias anedotas. Conheci uma pessoa que trabalhava com Moreno e que terminou saindo porque um tema como esse era insustentável. E me dizia: “O que Moreno está fazendo? Passa os números para que as pessoas subam os dados e então ele corrige os números”. Conheço também um economista que trabalhava na Secretaria de Comércio Interior e que esteve em reuniões entre essa Secretaria e o Indec e não estava de acordo com isso e acabou indo embora. Havia muitas discussões desse tipo, sobre como tratar isso. E também, muitos funcionários não queriam ver seus nomes no meio disso.

Você acredita que a cobertura e a situação podem mudar?

Não acho que vai mudar Mas o governo sabe que tem um problema. São cabeça dura, mas não são ignorantes. Muitas vezes ocorreu como na resolução 125 ou com o conflito das reservas no ano passado. Quando faz algo que já virou piada, eles se dão conta, mas não voltam atrás. Com isso aconteceu assim: houve um monte de tentativas de corrigir o Indec, mas nenhuma prosperou.

Quando Boudou assumiu, ele disse que convocaria as universidades para arrumar o índice, mas depois isso foi se dissolvendo. E agora terminou como um informativo das universidades muito crítico e que, em teoria, deveria ser debatido, mas não houve nenhum avanço. Depois veio o FMI. Amanhã vai ser outra coisa. Eles sabem que existe problema aí. Alguns economistas dizem que o governo soluciona o problema sem reconhecê-lo.

O que acho que pode acontecer é o governo começar a liberar o indicador a conta-gotas. Hoje era um 0,7%, em um ano 1% até que cheguem à inflação real entre aspas. Acho que não sabem o que fazer. Sabem que têm que fazer algo, mas não sabem o que. Todos os índices que aparecem são dados por mortos, como o das universidades, o do FMI.

Existe um informativo de janeiro do Senda, que é um grupo de economistas amigos do governo e, inclusive eles, reconhecem que as estatísticas do Indec não são confiáveis e que não tem nada a ver com a realidade.

Isso para mostrar que o governo não sabe o que vai fazer. Porque tampouco podem dizer oficialmente “mandamos uma cagada e a partir de amanhã liberamos um índice real” porque a quantidade de processos por todos os credores que têm a dívida indexada é enorme. Estão falando de um novo índice do FMI, que substitua esse. Não sei se existirão dois índices e bônus atados ao do Indec, que é mais baixo. Ou se tudo vai para o novo índice. Não sei. Criar esse índice com o FMI é uma maneira elegante de sair do poder.

### **LUJÁN SCARPINELLI – LA NACIÓN**

Como e qual foi o momento que você descobriu que havia manipulação nos números de inflação do Indec?

Na verdade, em janeiro de 2007 começou um processo que aqui é chamado de “a intervenção”. Neste processo, o governo e, mais precisamente, a Secretaria de Comércio começaram a ter maior influência sobre o Indec. Até o ponto em que foi algo muito explícito, quando tiraram uma diretora do IPC. Aí começou esse processo com gente nova, com a troca de técnicos. E aí o foco foi colocado na atividade técnica do instituto e mais concretamente sobre o índice de inflação.

Por essa época, acontecia que os bônus da dívida argentina estavam atrelados ao índice de inflação e portanto começaram as suspeitas de que os índices eram manipulados por essa causa. Na verdade, também havia um processo inflacionário a caminho e o índice começou a se afastar da realidade. E isso foi muito perceptível. O índice por si só se confirmava. No cotidiano, embora haja tarifas aqui na Argentina que estejam congeladas ou reguladas ou que têm escalonamentos muito mais pausados, há bens que a pessoa encontra no supermercado e que vão encarecendo.

E então com tudo isso em marcha e com o processo inflacionário, passou a ser evidente que a brecha era grande. E desde então, os economistas foram afetados no trabalho de suas consultorias: ou seja, a atividade privada de assessoramento necessita projeções e não se pode estimar em cima de um índice que não é verídico, com custos diferentes. Então se as rendas, por exemplo, eram diferentes, as estimativas também.

Então começaram a construir, alguns melhores que outros, alguns com mais recursos que outros, índices alternativos. Ao publicar esses índices, começou a perceber que a brecha era grande em relação à realidade. Depois, houve uma modificação diretamente na medição. Ou seja, a cesta de bens diminuiu e foram excluídos alguns produtos. Então essas pessoas que levaram adiante essa transformação, essa diminuição do índice, foram também as mesmas nomeadas por Guillermo Moreno, o secretário de Comércio. E como o momento começou a ser mais turbulento e foi ainda mais evidente, ou seja, davam passos que beneficiavam isso que estava dando volta, que era a respeito da manipulação.

Ou seja, a manipulação se fez muito mais palpável, mudando tudo, mudando a base, mudando as medições, mudando as pessoas que trabalhavam com ela. Foi óbvio. E com a experiência pessoal, por exemplo, no supermercado e também com um elemento técnico: os acordos e mobilizações salariais que paralelamente iam sendo negociados. Nesse caso, por que o governo permite negociar em 20% quando na realidade, a inflação oficial é de 8% ou 9%? O argumento oficial era que se tratava de recomposição dos salários e outros diziam que era atualização dos salários. Logo, essa é a tese que ainda é mantida. E por parte da atividade dos privados, ou seja, as consultorias começaram a fazer índices que são divulgados até hoje. Continuam fazendo isso, mas algumas não publicam mais por um motivo que é de conhecimento público: as multas, que foram investidas furiosamente a algumas consultorias. Foi uma maneira de mostrar por todos esses anos, já que não houve uma limpeza efetiva do Indec, ir matando quem o contradiz.

Quais eram as fontes consultadas para se aproximar à inflação verdadeira?

As fontes são quase sempre as mesmas. Há poucos índices que são elaborados por medição, ou seja, a fundação Fiel, Ecolatina tomam dados, armam um índice próprio, parecido ao do Indec, mas é algo muito menor. Desde o início, eles sempre deixam claro que não possuem a escala e nem a dimensão do Indec e por isso o índice deles é uma estimativa com a sua própria categoria e precisão. Ou seja, a inflação verdadeira é uma desconhecida para todos nós. Aqui na Argentina é um índice desconhecido. Agora, uma aproximação ao que pode chegar a ser certo são os índices privados.

Depois, há diferentes tipos de informações que são feitas a partir de cifras de arrecadação ou cruzamento de dados oficiais, como o consumo e a arrecadação e que permitem estimar por meio de fórmulas técnicas, só estimar qual é a cifra de inflação. Nossas fontes são as consultorias privadas. Mas são só consultorias que têm uma trajetória, um nome, uma cabeça, um titular que seja um economista reconhecido ou que a consultora mesma tenha uma trajetória importante ou tenha um nome de peso.

Depois, se não há consultorias privadas, há fundações como Fiel. Nos comunicamos com eles, recebemos releases e estamos sempre atualizados dos números mensais e das análises. Sobre as análises, estivemos atentos desde o ano passado até agora, principalmente, no que saía sobre alimentos e bebidas porque é o que afeta diretamente os pobres. Inclusive, há algumas fundações que também criam as suas próprias cestas de alimentos. A cesta não é o índice geral, mas rende uma pauta de, por exemplo, quanto necessita uma família para viver. O que se usa tecnicamente do Indec é o nível de pobreza e de indigência, embora haja debate também pelas cifras de pobreza.

Quais foram as dificuldades da cobertura de manipulação da inflação?

Desde as multas às consultorias, que é algo progressivo e que segue avançando, de fato. Todos os dias você como jornalista encontra uma nova multa por meio de informações da agência oficial de notícias, a Télam. Você sempre encontra uma nova multa de 500 mil pesos a tais firmas. As multas também atingem as consultorias que não possuem um índice próprio,

mas que em opinava contra o governo. Esse foi o caso de uma consultora que não media, mas que opinava também.

Depois que isso começou, acho que é mais difícil que as pessoas falem como antes, que falem às claras. Ou seja, havendo sanções econômicas no meio disso, é claro que vão se cuidar mais. Então, a liberdade de expressão é relativa. E depois é isso que ao informar é o mesmo. É da dificuldade de conhecer como cada um trabalha e qual desses índices é o mais sério, saber em qual confiar. É importante também que você como jornalista cobrindo manipulação da inflação deve aprender ou saber um pouco sobre como é a elaboração desses índices para não publicar qualquer coisa.

Qual foi o momento com mais tensão na cobertura?

Não sei se usaria a palavra tensão, mas vejo que as fontes estão mais fechadas na hora de falar com a gente. Pode ser algo de agora pela existência das multas. Parece que, agora, afrontar o Indec e contradizê-lo não fica mais de graça. Você sabe que no outro dia terá uma carta de Moreno, que vai estar te pressionando, que você vai estar na mira dele e a AFIP pode te pegar. Alguma coisa vai aparecer. É o mais provável. Acho que com isso os economistas estão se cuidando mais. São estilos e depende do caso. Acabei de ver uma notícia sobre uma consultora multada que publicou seus números. Ou seja, existem aqueles que confiam nos seus advogados e que esperam que a multa não seja cobrada. Mas, bom, é o risco.

Você pensou em criar um índice de preços próprio para seguir a inflação?

Tínhamos pensado em fazê-lo em uma época, mas eu mesma sigo o preço de algumas coisas. Eu, pessoalmente, na minha vida cotidiana fui viver sozinha desde março do ano passado. Até agora, o mesmo queijo branco que eu comprava, me dou conta não foi só ele que subiu, já que geralmente compro as mesmas marcas todos os meses. Antes saía 6,70 pesos e agora estou pagando mais de 8 pesos. Então se uma pessoa vê a vida cotidiana, por que a gente também não ia notar? Falei com meu chefe sobre sair todos os meses para um supermercado de tal bairro com uma série de produtos.

Mas começa também o debate sobre a parte técnica do que é uma amostra. Para não cair em imprecisão, por que eu compro em um bairro e não em outro? Ou seja, o que íamos obter disse era uma amostra muito pequena, muito imprecisa. Pessoalmente, eu acho que pode servir, mas por outro lado, o que publicaríamos é uma estimativa muito pequena do que poderíamos dar para o público.

No final, podem até confundir, já que o ministro de Economia diz que não existe inflação, mas sim dispersão de preços. Acontece que existem as duas coisas, tanto inflação como dispersão de preços. E isso nos afetaria muito e o público também. Perdeu-se muito no consumo de um monte de produtos do consumo básico. De fato, o consumo aqui está em um nível alto porque as pessoas gastam, porque os salários são altos e você acaba gastando. Mas as pessoas gastam porque não existe uma motivação para poupar. Porque se poupar, você perde. E perde muito, seja poupando em casa ou no banco.

Você tem alguma anedota nessa cobertura?

A anedota para aqueles que trabalham em economia é ver cronologicamente, através do tempo, algo que era quase natural como era o número de inflação e como era em qualquer país e, de repente, se transformou em algo tão polêmico com tantas idas e vindas, com tantas novidades. Por exemplo, no momento em que Boudou, o ministro de Economia, disse que ia melhorar o Indec, foi gerada certa expectativa, se formou uma comissão com gente das universidades nacionais.

Nesse momento, foi criada uma expectativa porque você pensava “se ele foi procurar as universidades é porque ele foi procurar legitimidade acadêmica”. Pois essas casas de estudo não podiam colocar sua trajetória e sua legitimidade em questão como universidade abalando a atividade atual do Indec. Então você pensava “talvez isso ajude a melhorar, pode ser que sim”.

E a ideia era ver como o governo ia aproximando o seu número. Porque fazer um reconhecimento público do problema teria cabido ao país milhões de processos. Ou seja, era impossível que houvesse um reconhecimento oficial. Isso equivale a um desfalque aos credores. Então seria totalmente impossível. Mas acreditava-se que era possível converter os números das consultorias em números reais.

Foi de fato um momento em que não estiveram tão longe disso. Acabou que o resultado das análises dessa comissão não deu em nada. Era um simples relatório que o ministro de Economia disse “obrigado e tchau” e o colocou de lado. Ele procurou outra estratégia: se direcionou sutilmente ao FMI. É outra estratégia, é um índice alternativo, então o tema vai dando muitos giros interessantes. Acho que o que se deve ter em conta para nós, jornalistas, é acompanhar o tema e ver quanto disso vai ser o objetivo final que é encontrar a inflação verdadeira.

Você acredita que a cobertura e a situação podem mudar?

Este é um ano de eleições, as mudanças vão depender de muitas coisas. Se o governo atual continuar e se este nível de inflação também, a verdade é que é muito difícil. O governo não demonstrou em vários anos se quer tratar o tema. Não parece. Mas se muda o governo, então veremos. Aí é outro ponto, outro mundo. Temos que ver como fazem com o aspecto técnico, porque não sei se o país poderia reconhecer que estiveram mentindo todos esses anos. Duvido que assumam.

E também temos que ver o que acontece com isso do FMI também, que foi como uma volta muito sutil com um governo que criticou esse organismo e que continua fazendo isso. E pedir assessoramento é meio estranho. Acho que tem a ver com o fato de querer mostrar para o mundo, ainda mais tendo uma dívida. Se no dia de amanhã o governo quiser um financiamento, tem que melhorar sua imagem internacional. Parece que é uma estratégia, no fundo é uma jogada. Não sei como isso pode terminar.

Você pensou em criar um índice de preços próprio para seguir a inflação?

Tínhamos pensado em fazê-lo em uma época, mas eu mesma sigo o preço de algumas coisas. Eu, pessoalmente, na minha vida cotidiana fui viver sozinha desde março do ano passado. Até agora, o mesmo queijo branco que eu comprava, me dou conta não foi só ele que subiu, já que geralmente compro as mesmas marcas todos os meses. Antes saía 6,70 pesos e agora estou pagando mais de 8 pesos. Então se uma pessoa vê a vida cotidiana, por que a gente também não ia notar? Falei com meu chefe sobre sair todos os meses para um supermercado de tal bairro com uma série de produtos.

Mas começa também o debate sobre a parte técnica do que é uma amostra. Para não cair em imprecisão, por que eu compro em um bairro e não em outro? Ou seja, o que íamos obter disse era uma amostra muito pequena, muito imprecisa. Pessoalmente, eu acho que pode servir, mas por outro lado, o que publicaríamos é uma estimativa muito pequena do que poderíamos dar para o público.

No final, podem até confundir, já que o ministro de Economia diz que não existe inflação, mas sim dispersão de preços. Acontece que existem as duas coisas, tanto inflação como dispersão de preços. E isso nos afetaria muito e o público também. Perdeu-se muito no consumo de um monte de produtos do consumo básico. De fato, o consumo aqui está em um nível alto porque as pessoas gastam, porque os salários são altos e você acaba gastando. Mas as pessoas gastam porque não existe uma motivação para poupar. Porque se poupar, você perde. E perde muito, seja poupando em casa ou no banco.

### **OLIVER GALAK – LA NACIÓN**

Como e qual foi o momento que você descobriu que havia manipulação nos números de inflação do Indec?

Comecei a trabalhar com jornalismo econômico em 2007 e esse tema já estava instalado, então não participei dos primeiros números que o jornal publicou sobre o assunto. O que sei é que os próprios empregados do instituto que não estavam de acordo com o que estava sendo feito dentro do Indec foram os primeiros a alertar os jornalistas que cobriam pautas do Indec. Houve um par de sinais, de tentativas e o fato que mais chamou a atenção foi a demissão de Graciela Bevacqua, que era a chefe de Índice de Preços ao Consumidor até janeiro de 2007. Esse fato chamou a atenção e depois quando sai o índice de janeiro. Todo mundo esperava 2,5% e sai 1%. A demissão de Bevacqua somada a esse índice acedeu a luz de alerta. Uma vez que o tema está instalado nos primeiros dias de fevereiro, ou seja, tudo o que saía sobre o Indec, estava todo mundo pendente sobre o que ocorria lá dentro.

É muito difícil saber qual é a inflação verdadeira. A verdade é que nossa fonte primária são os economistas que são as pessoas que agora medem a inflação. Digamos, agora a pessoa sempre pode ter dúvida se não estão mentindo, se estão medindo bem. Agora, o que acontece é que já

passaram mais de quatro anos, mas no início o que você fazia era corroborar com outras fontes. Ou seja, economistas que pensavam diferentemente, nesse tema pensavam igual.

Se você vê que nos estados a inflação sempre dava quase igual, com milésimos de diferença e de repente começa a dar com muitos pontos de diferença. Se todos esses indícios iam ao mesmo lado, você entendia que estavam todos no mesmo lado, com diferença de poucos números. Ou seja, o Indec ia por um lado e todos os demais para outro lado. E você fica mais tranquilo que os outros estejam perto de você. O Indec trabalha com muitas coisas além da inflação e que não têm nada a ver com a manipulação da inflação, mas sobre esse item em geral você fica mais tranquilo ao ver que todos estão do mesmo lado, tirando o Indec.

Essa é a primeira forma que você tem para saber sobre a manipulação da inflação. Depois, há elementos indiretos que você pode ver mesmo sem ser economista. Há dados, por exemplo, de combustíveis. Esse é um tema que eu acompanho muito. Então, são dados oficiais que estão na página da Secretaria de Energia. Eu posso ver quanto custava em tal mês de tal ano a média dos postos e posso comparar. Esse é um dado que eu posso fazer.

De qualquer modo, sei que o combustível pode subir mais ou menos que a inflação, mas é um indício. Ou o preço da carne que podemos pesquisa hoje e dentro de um ano. São todos indícios soltos, mas se eles todos vão par ao mesmo lado, isso ajuda a mostrar que há inflação. É um dado concreto que qualquer um pode corroborar porque o cidadão ou o leitor que compra hoje um quilograma de carne sabe que custa 40 pesos e há cinco anos custava 10 pesos. Ele mesmo pode fazer a conta.

Quais foram as dificuldades da cobertura de manipulação da inflação?

Para mim, uma das dificuldades que se apresentaram para o meu trabalho e para os economistas também é que até que começou a manipulação, as matérias sobre inflação com a análise dos economistas giravam em torno a: se a inflação estava muito alta, o que fazer para combater, quais eram as causas. Ou seja, ver a fundo o problema.

Desde que a manipulação começou, perdemos 80% do nosso tempo e espaço que dedicamos para falar não só sobre inflação, mas sobre a medição da inflação. Ou então justificando porque a inflação é mais alta que o Indec ou narrando as formas que o Indec manipular. Então, o fato é que este outro debate sobre os números se interpôs sobre o debate sobre inflação. Nunca na agenda pública dos políticos está o tema de como combater a inflação, mas

sim de como medi-la. Nunca chegamos a discuti-la. O mesmo acontece nas matérias jornalísticas.

Qual foi o momento com mais tensão na cobertura?

Eu não diria que houve tensão. Houve um par de momentos. Quanto ao trabalho estreitamente jornalístico, este é um tema que abre muitas possibilidades porque é um tema que permite contrapor ou corroborar o discurso oficial. Ao não haver um número único de inflação, cada elemento como a carne, o salário, os estados, cada elemento é uma matéria. Porque isso ajuda a demonstrar que há manipulação das estatísticas. Há como um incentivo, como que o problema do Indec alimenta a fazer mais matérias sobre inflação. Há muito mais possibilidades de escrever matérias sobre inflação porque não está claro qual é o número correto.

Agora, momentos de tensão não te diria que são graves. Mas vou marcar alguns que não tiveram a ver com a minha tarefa, mas com a de outros. Há um grupo de empregados do Indec que se opõe a tudo isso e houve muita tensão interna entre os trabalhadores do Indec. Mais de uma vez aconteceram marchas e protestos no instituto que eu fui cobrir e ali havia um clima muito tenso. Não deixam você entrar. Esse foi um dos momentos de tensão.

Outro fato foi no ano passado na Feira do Livro, quando se apresentou Gustavo Noriega. A Feira do Livro na Argentina ocorre entre março e abril. No ano passado, Gustavo Noriega, um jornalista muito famoso que já tinha trabalhado no Indec e fez muitos amigos lá, apresentou um bate-papo por conta do lançamento do seu livro. E quando ele apresentou esse livro, que também falava sobre o Indec e se opunha ao instituto, houve confusão.

No público, havia uma turma de torcedores que começaram a cantar a favor de Moreno e contra os jornalistas e aí tiveram que interromper o bate-papo com o ator. Sei que foi um momento de tensão para todos que estavam lá e até voaram cadeiras. Por outro lado, esse momento ajudou a mostrar como o Indec trabalha com as portas fechadas, ou seja, com as confrontações.

E outro momento mais recente que está acontecendo com as consultorias e com os economistas. Moreno está aplicando multa a todos os que mensuram um índice de preços alternativo. Essas pessoas e consultorias têm que justificar o porquê e como fazem isso, o que está causando muito problemas para os economistas. E para nós, jornalistas, está custando

mais para que os economistas falem. Ou não querem falar ou falam em off the record ou demoram para passar novos números. Agora, eles se cuidam muito mais e temos um certo problema para juntar dados.

Você tem alguma anedota nessa cobertura?

Lembro que em um ato fora do Indec no qual um dos integrantes era Itzcovich, que é diretor técnico do Indec, defensor da metodologia atual. Nós nunca nos tínhamos visto, eu não conhecia a cara dele e nem ele a minha. O contato sempre havia sido por telefone. Aí eu o reconheci e me apresentei: “Olá Itzcovich, sou Oliver Galak”. E nisso ele me responde : “Então você é o famoso Oliver Galak”. A verdade é que nunca soube o que ele quis dizer com isso, se tem um pôster na parede escrito assim “esses são os maus”.

Em algum momento o Indec vai voltar a ser crível. Duvido muito que seja neste governo ou se acontece uma reeleição. Foram feitas muitíssimas coisas. Em 2008, fizeram um novo índice de preços do consumidor, mas era igualmente manipulado que esse. Depois, as universidades públicas fizeram um, mas ninguém deu bola. Agora, há esse do FMI, mas não vai mudar nada. Foi nomeado um diretor técnico, fizeram muitas coisas, mas nada mudou em essência. Enquanto Moreno esteja cuidando disso e esteja, politicamente, neste governo nada vai mudar. Se entrar qualquer outro governo, seja peronista ou radical, não kirchnerista, o primeiro que tem que fazer é mudar a estrutura, ainda mais a cúpula do Indec. Acho que aí sim, em algum momento o governo vai mudar e isso da manipulação também.

Você acredita que a cobertura e a situação podem mudar?

Em algum momento o Indec vai voltar a ser crível. Duvido muito que seja neste governo ou se acontece uma reeleição. Foram feitas muitíssimas coisas. Em 2008, fizeram um novo índice de preços do consumidor, mas era igualmente manipulado que esse. Depois, as universidades públicas fizeram um, mas ninguém deu bola. Agora, há esse do FMI, mas não vai mudar nada.

Foi nomeado um diretor técnico, fizeram muitas coisas, mas nada mudou em essência. Enquanto Moreno esteja cuidando disso e esteja, politicamente, neste governo nada vai

mudar. Se entrar qualquer outro governo, seja peronista ou radical, não kirchnerista, o primeiro que tem que fazer é mudar a estrutura, ainda mais a cúpula do Indec. Acho que aí sim, em algum momento o governo vai mudar e isso da manipulação também.

### **FRANCISCO JUEGUEN – LA NACIÓN**

Como e qual foi o momento que você descobriu que havia manipulação nos números de inflação do Indec?

Como desde o princípio, digamos, os números foram manipulados com um objetivo puramente político. A justificativa que tinha o governo tinha a ver com os bônus, que estão atados à inflação. O governo dizia que eles abaixavam a inflação, manipulavam somente com um objetivo que abaixar o que se pagava aos investidores. Então é uma descrição fundamentalmente populista. Na verdade, diziam que temos os credores, as pessoas que devemos, então nos convém abaixar a inflação artificialmente ou manipular a inflação para pagar menos. Essa era a justificativa.

Quando se conheceu todo o tema, o governo encontrou essa justificativa de esquerda, se você quiser ou progressista para justificar o que estava fazendo. Justificar dessa maneira era fazer um semi-default. Mas a realidade é que os números, digamos oficiais, da inflação, do PIB, de outros mais que se retocaram, a pobreza, a indigência, foram números que serviram para gerar o capital político de Kirchner em 2002, 2003 até 2005. No final de 2005, quando começa a complicar o tema da inflação, isso deu muita popularidade para ele. Se você pensar, Néstor Kirchner ganhou as eleições com 22%, ou seja, nada. Então, ele precisava dos números, de uma melhoria econômica para gerar capital político. E digamos que tinha que abaixar a inflação. As vezes a medida é anti-social em algum ponto, porque você tem que esfriar a economia e isso significa diminuir a tendência de criação de empregos. Mas o que ele fez foi retocar os índices: não há inflação, mas você segue esquentando a economia.

Existe uma data muito precisa: o dia 29 de janeiro de 2007. É a data da demissão de Graciela Bevacqua. Acontece com a demissão da diretora de Preços de índices do consumidor dentro do Indec. Essa demissão, junto com o da sua chefe Clyde Trabuchi, começa a repercutir nos meios de comunicação e você começa a se dar conta que o governo está se metendo dentro do

Indec e que isso tem a ver justamente com a inflação. Porque é a área que Bevacqua trabalhava.

Quando você faz uma investigação mais profunda falando com os protagonistas sobre o que foi a intervenção oficial no Indec – nós fizemos isso – você vê que as pressões para modificar o índice de preços começaram em 2006, um ano antes.

Moreno tinha se reunido com várias pessoas do governo e tinha pressionado estas funcionários, Clyde e Graciela, para que elas lhe dessem a lista do que chamamos de “lista de fontes”, a qual está protegida pelo segredo estatístico

Você tem duas maneiras de manipular o índice de inflação: uma interna e uma externa. A maneira interna é entrando no organismo estatístico, retocando a metodologia ou mudando os preços. Essa é a que acontece hoje.

Mas em 2006, quando o índice ainda não tinha sido intervindo, tentaram fazer a intervenção externa, que é muito simples também. Você pede a lista dos comércios, dos negócios que o Indec entrevista, que está protegida pelo segredo estatístico. Então você vai, diz aos donos desses negócios que quando os entrevistadores do Indec passem, dêem um preço combinado pelo governo.

Então, como a sua medição é obrigatória, supostamente você vai ter uma baixa de preços, porque mediram os preços de acordo com o Indec. Mas na verdade, os preços subiram ou tiveram uma tendência diferente do que passou a ver. Isso que Moreno pediu foi uma lista dos comércios que se consultava. Isso não foi dado em todo o ano de 2006, foi uma batalha entre o Indec e a Secretaria de Comércio Interior.

Até que no dia 29 de janeiro de 2007, Moreno depois de muitas travas, começa a metes os pés na intervenção. Designaram outra diretora de Preços Beatriz Paglieri, que era mão direita de Moreno. A partir desse momento houve 3 maneiras de manipular os índices. Foram: 1) a que o estado realizou mudando os funcionários; 2) depois mudaram os dados, em vez de usar os dados do mercado, usar dados de acordos oficiais de preços ou dados fornecidos por organismos estatais; 3) um desafio que no início da metodologia cada produto que aumentava tinha u teto de 15%. Então, não podia variar mais que 15%. Se variasse, ficava nos 15%, esse foi um retoque do sistema de informática.

Aí nos demos conta de que a inflação estava sendo retocada de alguma maneira. A primeira justificativa nesse momento foi que o Indec fazia tudo errado, que era um desastre e que tinha que mudar. Quando as pessoas e nós, jornalistas, nos demos conta de que isso era mais além,

tinha a ver com a inflação e a justificativa oficial que recebíamos foi a que te disse. Olha, há bônus que estão atados à inflação e então necessitávamos diminuí-los artificialmente.

Digamos, abaixar a inflação e pagar menos para os credores. Isto era bem visto pela esquerda argentina, que sempre esteve contra os credores. Mas era justificar um default, um semi-default. Porque você está dizendo, defraudando, que está abaixando o índice de preços para pagar menos aos credores que te emprestaram o dinheiro ao Estado. Estava acontecendo isso, que foi uma das consequências, ou seja, um semi-default aos credores.

Quem lançou esses bônus atados pela inflação foi Néstor Kirchner, em 2005, por uma reestruturação da dívida pelo calote da Argentina em 2001. Essa justificativa terminou de cair por terra quando se fazia uma investigação mais profunda: todos os economistas, inclusive todos os ministros de economia que estiveram antes desse período dizem que o que o governo argentino economizou 2,5 bilhões de dólares, nada mais. Esse foi um pouco do contexto do retoque da inflação aqui na Argentina.

Quais eram as fontes consultadas para se aproximar à inflação verdadeira?

Eu tinha pensado em fazer uma matéria antes sobre a veracidade dos dados do Indec. Tudo isso não tinha acontecido e eu falei com o meu chefe, o meu editor: “Quer fazer uma matéria sobre a inflação, os dados, se há pureza nos dados que produz o Indec?”. E ele morreu de rir da minha cara e me respondeu que os dados do Indec eram de muito prestígio, muito utilizado e não havia nenhum problema. Depois de um tempo, quando a gente descobriu a verdade, fui eu quem ri.

Mas aí as coisas mudaram. A partir desse momento, a decisão editorial foi de dizer “segundo o Indec, a inflação é de tanto”. Ou seja, explicar e contar às pessoas que a inflação oficial era a que estava em dúvida. E também tinha que dar um matiz na matéria dizendo que a informação possuída era a informação intervinda pelo governo.

No início foi todo um caos. Nesse momento, não entendíamos bem o que estava acontecendo até que saiu o primeiro índice no início de fevereiro. Esse foi o primeiro índice com intervenção. Mas nesse momento não havia dúvidas porque não se sabia o que tinha acontecido. Depois, quando houve um par de intervenções e os técnicos começaram a dizer que não estavam somente demitindo as pessoas, mas sim que estavam mudando a forma de medir a inflação. Aí começaram a aparecer as dúvidas.

Na realidade, para mim, uma das principais conseqüências da destruição do Indec é que hoje não existe uma fonte confiável. Porque ninguém na Argentina utiliza a metodologia que utilizava antes y tampouco tem a capacidade operativa de medir essa quantidade de preços. O Indec media 90 mil preços.

Nenhuma consultora, as províncias têm seus índices, tem outro tipo de cesta básica e essas cestas têm diferentes produtos e serviços e de ponderações. É difícil encontrar um substituto. Injustamente, essa é uma das conseqüências que hoje tenhamos inflação tem a ver que os atores econômicos, que são formadores de preço, não sabem qual é a inflação real e utilizam a mesma medida que tem à mão e a que é mais alta para subir os preços. A mesma coisa quando os sindicalistas pedem aumento salarial. Eles pegam o índice mais alto e negociam por aí. Não se sabe qual é a inflação, esse é o grande problema.

Há dados das consultorias privadas. A primeira consultora que criou o seu índice de preços próprios foi a Ecolatina, aqui na Argentina. As consultorias privadas sempre dizem que eles não produzem dados primários, porque o que ele faziam na verdade era uma análise macroeconômica. Os primeiros dados utilizados antes que houvesse um boom de índice de preços das consultorias privadas eram os dados provinciais, dos estados. Cada estado tinha o seu índice de preços e, aparte, existia um índice de preços a nível nacional, que se chama IPC Nacional. Nós somos um país muito unitário.

Isso significa que o índice também é centralista. Ou seja, o índice que se usava para medir a inflação na Argentina era o índice de preços da Capital Federal ou da Cidade de Buenos Aires, que se chama IPC-GBA. Dizíamos: a inflação argentina é tanto e usamos o índice de Buenos Aires. E o correto era ter um índice nacional que envolvesse todos os estados. Isso estava sendo feito, acredito que em 2003, como um projeto que o kirchnerismo impulsionou enquanto retocavam o dado da inflação que nós usávamos, ou seja, o índice GBA. O novo índice nacional era usado pelos economistas para comparar com o índice GBA, o manipulado. O governo percebeu isso e teve que deixar de fazer esse índice nacional, que foi perdido.

Depois, os índices estaduais começaram a se perder porque muitos estados começaram a ser governadas pelo kircherismo, como Mendoza. Mendoza tinha um governo radical e o seu índice de inflação era muito mais alto que o de Buenos Aires. Os economistas o usavam para comparar, assim como o do estado San Luis. O de Mendoza, quando mudou o governo, tchau: se alinhou com o governo. Quanto ao de San Luis, está uma família, os Rodríguez Saa, que governa há anos e são opositores ao governo, mantendo uma suposta independência, mas entre aspas, já que eles são oposição. Assim que devemos olhá-los desta forma.

Então, a cesta básica que mede San Luis e a Mendoza foram os índices estaduais que se usaram como alternativas para medir a inflação. Hoje se usa o de Santa Fe também, porque Santa Fé está governada pelo socialismo. Isso dá uma marca de independência para que não toquem os números. Além disso, Santa Fe é como uma grande cidade que também serve para ser comparada com Buenos Aires.

Assim que basicamente hoje existem as consultorias privadas com a sua disparidade: muitas fazem bem, muitas fazem mal, algumas investiram muito para fazer o índice novo, outras nem tanto. E o índice de Santa Fe e San Luis. Isto é o que existe hoje. Dentro do ramo das consultorias há muitas, mas, por exemplo, a primeira diretora que demitiram no Indec Graciela Bevacqua tem seu centro de estudos associado à Universidade de Buenos Aires. Como ela tem uma certa expertise em fazer um índice de preços, também é tomada em conta. Esse centro se chama Buenos Aires City. É uma referência porque ela fazia esse mesmo trabalho no Indec. Essas são as que se usam. Para mim, o problema é que justamente a falta um índice oficial verdadeiro gerou mais inflação.

Quais foram as dificuldades da cobertura de manipulação da inflação?

O problema é que o Escritório de Preços demitiu todas as fontes do Indec que estavam dentro do instituto e colocou pessoas do governo. Então se retoca ou não se retoca, bom, todos sabem que se retoca, mas ninguém te diz a verdadeira inflação. Eu acho que esse governo tem um índice seu e que não o difunde, mas seria para saber o que ocorre na economia, porém não vai ser conhecido publicamente.

O tema se transformou em um problema grande porque não se pode falar de uma inflação. Antes você usava a palavra inflação, que era a oficial do Indec, como inflação real. Hoje você tem muitas inflações e depende do ator que a tenha construído. E, além disso, isso distorce outro tipo de informação: você cobre o PIB e isso se constrói com base na informação oficial dos preços.

Então, o crescimento econômico está em dúvida. No período de negociações salariais é a mesma coisa: qual índice os sindicalistas usam para reclamar essa quantidade de dinheiro? E nos dizem que usam o índice das donas de casa, que não é o do Indec. Esse índice das donas de casa diz que a inflação é de 24%, enquanto a inflação do ano passado foi de 10% segundo o Indec.

O tema da inflação e a possibilidade de cobertura é que mudou como trabalhamos com a informação, já que o tema do Indec corta todos os temas, pelo menos os econômicos. Inclive, os temas políticos também porque é um tema importante que se trata dentro do Congresso. E também, por exemplo, tudo o que os trabalhadores do Indec sofreram. Para cobrir inflação, o tema abarcou muito mais que o próprio tema inflação. Você escreve uma matéria sobre inflação e depois vem um monte de gente deixando comentário na matéria na internet e morrendo de rir porque o governo diz que a inflação é tanto e todos sabem o que acontece com o Indec. O que ocorre com o Indec é que todo mundo vai ao mercado e a sensação você não pode medir, mas sabe que não é o que estão dizendo. Então, o que se gera com essas coberturas onde o jornalista tem que marcar qual é a fonte que fala sobre o índice de preços. Então você diz que a inflação foi de tanto segundo o Indec ou a inflação foi de tanto segundo as consultorias privadas. Essa multiplicidade de fontes há porque não existe uma fonte oficial confiável.

Qual foi o momento com mais tensão na cobertura?

Acho que houve vários picos. Por exemplo, a primeira etapa foi importante porque foi a que se descobriu. Foi um pico em 2007. Depois, a mediados de 2007, a intervenção na parte de preços na EPH (sigla para Pesquisa permanente de Lares), que se produz com os dados de inflação e que produz os dados de pobreza e indigência. Então, já não era somente a inflação, mas o dado de pobreza também era manipulado. Muito pior, porque mentir sobre a quantidade de pobres era terrível.

Em setembro de 2007 foi produzido o primeiro choque com um estado. Isso foi porque o índice de inflação de Buenos Aires se comparava com o de Mendoza e então os de Mendoza disseram “não, vocês estão retocando nossos números”. Havia dois índices: o de Buenos Aires dizia que era uma coisa e o de Mendoza dizia que havia sido muito mais. Então aí houve uma briga e nesse momento o governador de Mendoza era Julio Cobos, que hoje é vice-presidente.

Aí gerou um escândalo. Depois, também houve designações de gente que foi entrando. Houve momentos em que as pessoas de fora, como o FMI colocou a inflação da Argentina em dúvida. Também houve o fato de que Bevacqua por dois anos não falou com a imprensa. E

quando ela falou, isso gerou uma confusão. Depois, houve um pico no Congresso, com os debates sobre a inflação e os índices de preços.

O último agora é com a perseguição a empresas privadas. Não houve um pico explosivo sobre o tema do Indec, mas é um tema que está na capa dos jornais há quase quatro anos todos os dias, de alguma ou outra maneira. Tivemos o acesso a um relatório secreto das universidades públicas a pedido do ministro de Economia e publicamos no domingo, que acabou gerando outro conflito. Ou seja, até as universidades públicas dizem que o governo está retocando o índice. Talvez os momentos-pico foram se distribuindo durante estes 4 anos de diferentes maneiras.

Você pensou em criar um índice de preços próprio para seguir a inflação?

Não pensei, pois o alcance do índice do Indec e das consultorias é muito maior do que o alcance que o meu índice teria. E então o meu índice seria meio defasado.

Você tem alguma anedota nessa cobertura?

A anedota do meu chefe dá um pouco a entender que o problema de fundo sobre a inflação tem a ver com a credibilidade. De tudo sobre as estatísticas é importante ter credibilidade para que os atores econômicos usem essa informação. Antes de que isso da inflação ocorresse com o Indec, as pessoas confiavam tanto na inflação medida pelo Indec que se podia falar sobre inflação como se fosse a real. Depois, você tem que mostrar isso e colocá-lo em um plano de suposições, de que supostamente essa inflação não seja real. Antes de tudo isso, você pensava que todos os técnicos que trabalhavam lá tinha muito tempo trabalhando nesse local e você aceitava que a inflação que te diziam era a realidade. Agora quando eu vejo que todos os técnicos são super falsos, que o governo quer abaixar a inflação por isso, então não aceito a realidade que o governo ou que esses técnicos me dão. Então é a falta de credibilidade, essa confiança que se quebrou é o mais importante nisto. E a anedota com o meu chefe é isso.

Você acredita que a cobertura e a situação podem mudar?

Até que haja uma reestruturação do que é o Indec, até que seja um organismo oficial sério de volta, acho que haverá anos de trabalho e vai ser difícil encontrar uma inflação oficial séria, crível. Digo, um dado de inflação, como de pobreza, de crescimento, de indigência, ou seja, tudo o que tenha a ver com o dado de preços e para a economia de mercado é fundamental para tudo. Então vai chegar um tempo em que haverá, só não sei se com este governo. Um pouco do que está passando no Congresso agora, se aprova um projeto sobre a reincorporação dos técnicos, se há concurso para ocupar os cargos. Há algumas coisas que são interessantes, mas vamos ver quanto tempo a gente vai demorar para acreditar.

